

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

PAULO SÉRGIO QUEIROZ DA SILVA

AS MEDIAÇÕES CULTURAL E DE LEITURA DA LITERATURA LGBTQIA+

Recife

2023

PAULO SÉRGIO QUEIROZ DA SILVA

AS MEDIAÇÕES CULTURAL E DE LEITURA DA LITERATURA LGBTQIA+

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Lourival Pereira Pinto

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Paulo Sérgio Queiroz da.

As mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+ / Paulo Sérgio
Queiroz da Silva. - Recife, 2023.

59 p.

Orientador(a): Lourival Pereira Pinto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Biblioteconomia, 2023.

1. Bibliotecas. 2. Mediação cultural. 3. Mediação de leitura literária. 4.
Literatura LGBTQIA+. 5. Diversidade LGBTQIA+. I. Pinto, Lourival Pereira.
(Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

AS MEDIAÇÕES CULTURAL E DE LEITURA DA LITERATURA LGBTQIA+

PAULO SÉRGIO QUEIROZ DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

TCC aprovado em 14 de julho de 2023

Banca Examinadora:

Lourival Pereira Pinto - Orientador(a)
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

Hélio Márcio Pajeú – Examinador(a) 1
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

Wérleson Alexandre de Lima Santos - Examinador(a) 2
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPE)

Dedico às pessoas LGBTs que existiram e as que existem (resistem) neste mundo.

AGRADECIMENTOS

Obrigado à espiritualidade: à Iemanjá por me conduzir nos caminhos da água:

Muito obrigado à minha amada mãe e aos meus irmãos.

Agradecimentos afetuosos à Jane e à Clau por toda compreensão, acolhimento e generosidade por mim: obrigado por tudo, companheiras!

Agradecimentos aos professores e aos servidores técnico-administrativos do Departamento de Ciência da Informação da UFPE.

Agradecimento especial ao professor Lourival Pereira Pinto pela atenção e gentileza nas aulas, no projeto, na coordenação e por toda compreensão comigo no conduzir deste trabalho do início ao fim: muito, muito obrigado, Lori!

Agradecimento especial ao professor Hélio Márcio Pajeú pelas aulas em Seminários de leitura, pela publicação dos contos, ao seu afeto e profunda gentileza em me convidar para participar dos projetos que desenvolveu, bem como aceitar participar da banca e pelas sugestões de melhoria para este trabalho, as quais, neste momento tão urgente e importante para mim, trouxeram valorosas significações a minha existência: muito, muito obrigado!

Agradecimento especial a Wérleson Alexandre de Lima Santos pela profunda gentileza em aceitar participar da banca e pelas sugestões de melhoria para este trabalho: muito, muito obrigado!

Axé aos nossos caminhos!

Reza

(...)

Reza pra quem não crê, reza pra conquistar
Reza pra agradecer o dia que vai chegar
Reza é pra quem tem fé nas lendas que vem de lá
Reza pra proteger tudo nesse lugar

Inaiá

(...)

(na voz de Maria Rita)

RESUMO

Este estudo traz, como aporte teórico ao seu desenvolvimento, algumas considerações acerca da mediação cultural, da literatura e da leitura literária como formas possíveis de acontecimentos a experienciar e vivenciar nas unidades socioculturais e informacionais: as bibliotecas. Nesse tocante, dentre as reflexões de autoras e de autores, destacam-se as contribuições de Freire (1989), Martins (2004), Castrillón (2011) e Aguiar (2014) acerca das percepções da leitura, em específico da leitura literária, bem como as significações humanizantes da literatura enquanto direito social, na perspectiva de Candido (2014) e nas reflexões de Cosson (2020). Ademais, corroboram com este estudo as reflexões teórico-práticas acerca da mediação cultural com Martins (2021), da mediação de leitura da literatura com Pinto (2017), com Reyes (2014) e Cavalcante; Queiroz; Sousa (2020), bem como acerca dos discursos sócio-histórico, cultural e político no que concerne à sexualidade e às expressões de gênero com as perspectivas de Louro (1997; 1999), Foucault (2014), Connell (2016), Scott (2017), Cosme (2021). A literatura enquanto produção epistemológica do conhecimento e a literatura LGBTQIA+ enquanto ficção artística recebem reflexões a partir das relações dialógicas que mantêm com as mediações culturais e de leitura literária. Nesse processo de mediações, o desenvolvimento metodológico se configura como teórico, bibliográfico e de caráter exploratório, os quais corroboraram à compreensão e à organização desta pesquisa. Ademais, o presente estudo reconhece que falta desenvolver mais projetos de mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+ nas bibliotecas, assim como em outras unidades socioculturais e informacionais.

Palavras-chaves: Bibliotecas; Mediação cultural; Mediação de leitura literária; Literatura LGBTQIA+; Diversidade LGBTQIA+.

ABSTRACT

This study brings, as a theoretical contribution to its development, some considerations about the mediation of culture, literature and literary reading as possible forms of events to experience and experience in sociocultural and informational units: libraries. In this regard, among the reflections of authors and authors, the contributions of Freire (1989), Martins (2004), Castrillón (2011) and Aguiar (2014) stand out regarding the perceptions of reading, specifically of literary reading, as well as as the humanizing meanings of literature as a social right, from the perspective of Candido (2014) and in the reflections of Cosson (2020). Furthermore, theoretical-practical reflections on cultural mediation with Martins (2021), literature reading mediation with Pinto (2017), with Reyes (2014) and Cavalcante; Queiroz; Sousa (2020), as well as about the socio-historical, cultural and political discourses regarding sexuality and gender expressions with the perspectives of Louro (1997; 1999), Foucault (2014), Connell (2016), Scott (2017), Cosmo (2021). Literature as an epistemological production of knowledge and LGBTQIA+ literature as artistic fiction receive reflections from the dialogic relationships they maintain with cultural mediations and literary reading. In this mediation process, the methodological development is configured as theoretical, bibliographic and exploratory, which corroborated the understanding and organization of this research. Furthermore, the present study recognizes that more projects of cultural mediation and reading of LGBTQIA+ literature need to be developed in libraries, as well as in other sociocultural and informational units.

Keywords: Library; Cultural mediation; Mediation of literary reading; LGBTQIA+ Literature; LGBTQIA+ Diversity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	AS BIBLIOTECAS E AS MEDIAÇÕES CULTURAL E DE LEITURA DA LITERATURA LGBTQIA+	14
2.1	A LEITURA DO MUNDO, DA PALAVRA E DA LITERATURA	22
2.2	O QUE PODE A PALAVRA NA LITERATURA?	35
3	A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NAS ESFERAS SOCIOCULTURAIS	42
3.1	POR QUE LER E MEDIAR A LITERATURA LGBTQIA+?	48
4	METODOLOGIA	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata das mediações cultural e da leitura da literatura LGBTQIA+ ao promover diálogos, a partir das percepções/concepções de autoras e de autores, quando refletem acerca do processo de mediação, do mediar, bem como acerca leitura literária e da diversidade sexual, das relações homoafetivas e das identidades/expressões de gênero existentes em sociedade e presentes na produção literária artístico ficcional, cuja representatividade e conscientização são destacadas e discutidas neste estudo.

Ademais, a leitura e mediação da literatura LGBTQIA+ diz respeito, especificamente, aos livros ou textos literários de contos, de romances ou de poesias que podem compor o acervo de determinadas bibliotecas e contribuir com as ações culturais no processo da mediação.

Nesse tocante e contexto informacional e de conhecimento em bibliotecas, as mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+ são saber-poder em ação porque possibilitam atuação consciente acerca dessa diversidade na literatura e nas esferas sociais como espaços dialógicos que são ou que devem ser. Assim sendo, este trabalho elenca as mediações cultural e de leitura literária LGBTQIA+ enquanto acontecimentos e experiências a serem vivenciadas socioculturalmente no âmbito das unidades culturais, educacionais e de informação, visto que tais ações têm valor simbólico representativo enquanto serviço desenvolvido por pessoas bibliotecárias, bem como por outras pessoas mediadoras de leitura.

A literatura LGBTQIA+ pode ser instrumento para a conscientização sobre a diversidade das orientações sexuais, ou seja, para a naturalização das relações afetivas que não são apenas heterossexuais, como também instrumento para a conscientização acerca da diversidade das expressões de gênero em sociedade. Com a literatura LGBTQIA+ faz-se possível promover ações conscientes perante o racismo do qual partem discriminações e outras violências extremamente perigosas e danosas a vida de pessoas LGBTQIA+¹. Com tais ações, a leitura mediada da literatura LGBTQIA+ pode promover importantes percepções e reflexões às pessoas que participam desse processo nas unidades socioculturais e informacionais, como também fazem-se imperativo e salutar a aceitação da diversidade sexual e de gênero para o bem conviver com mais respeito, mais acolhimento e mais afeto entre as pessoas nas relações afetivas sociais.

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais. O símbolo + é acrescentado para abranger outras orientações sexuais e expressões de gênero.

Perante esse processo relacional e sociocultural, ao lançar mão das possibilidades organizacionais de informação e conhecimento acerca da temática aqui desenvolvida, espera-se colaborar às pessoas bibliotecárias ou a outras pessoas mediadoras de leitura. Pessoas LGBTQIA+ existem no mundo, estão em sociedade. Existem nas variadas esferas sociais e, por isso mesmo, convivem com outras pessoas sendo, ou não, LGBTQIA+. Elas existem, no entanto nem sempre têm seus direitos vivenciados enquanto pessoas cidadãs que são.

Embora o ano presente seja 2023, século XXI, pessoas LGBTQIA+ ainda sofrem discriminações, pois convivem diariamente com a LGBTQIA+fobia², ou seja, sofrem preconceitos, são violentadas e foram/estão sendo assassinadas. No Brasil, desde o período das eleições em 2018 e no decorrer do governo presidencial anterior, ganharam destaque (ou voltaram a expressar-se fortemente) discursos sobre a cura gay; ideologia de gênero nas escolas no tocante aos usos das fake news sobre o kit gay³; a proibição de livros com temática LGBTQIA+ na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, assim como discursos de profissionais do âmbito da psicologia sobre a intervenção no processo de cura das orientações sexuais e das identidades/expressões de gênero de pessoas LGBTQIA+.

É contrário a esses conscientes discursos doutrinários, extremistas, de fake news e LGBTQIA+fóbicos, que o presente TCC se volta, de modo também consciente, a reverberar o que se faz importante reafirmar: não há cura para o que não é doença – a diversidade das sexualidades e das identidades/expressões de gênero de pessoas LGBTQIA+. Mas é, sim, questão de direito humanamente social que as pessoas LGBTQIA+ amem nas suas performances de corpos-desejos que estão no mundo; que vivam naturalmente com outras pessoas nas relações afetivas e de outros convívios em sociedade.

Perante isso, o presente estudo elenca a seguinte questão problema: Em que contribuem as mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+ nas bibliotecas? Nesse processo de mediação cultural literário, a pesquisa justifica-se, socialmente, na importância de se refletir como as mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+ podem contribuir na conscientização sobre a diversidade das orientações sexuais, das relações homoafetivas e das

² “Define-se por LGBTQIA+fobia todo e qualquer tipo de conduta decorrente de uma aversão à identidade de gênero e/ou orientação sexual de alguém que possa gerar dano moral ou patrimonial, lesão ou qualquer tipo de sofrimento físico, psicológico e/ou sexual ou morte.” (FGV DIREITO SP, 2020, p. 7).

³ Notícias falsas é a tradução literal da expressão fake news. Acerca do kit gay, notícia falsa que voltou a circular em 2018 e 2020, Ribeiro (2021, p. 21) informa: “O processo de checagem da Agência Lupa [agência de checagem no Brasil] confirmou a falsidade da informação. De acordo com a Lupa, o *Kit gay* era, na verdade, uma referência ao programa do governo federal Brasil Sem Homofobia, organizado em 2011. A campanha, programada por ONGs, era voltada para a formação de educadores com o objetivo de contribuir com o debate sobre gênero e sexualidade.”

identidades/expressões de gênero, assim como podem contribuir, academicamente, à área de Biblioteconomia e, por extensão, à Ciência da Informação, uma vez que nessas esferas científicas a medição da informação e do conhecimento têm fundamental atuação às pesquisas que desenvolvem ao âmbito acadêmico e à sociedade de modo geral. Nesse tocante, e levando em consideração a problemática e os objetivos desenvolvidos, este estudo justifica-se ainda mais como possibilidade dialógica socioeducacional aos espaços socioculturais e informacionais, que são as bibliotecas.

No que diz respeito ao aspecto pessoal, a pesquisa tem valor simbólico representativo ao graduando idealizador deste TCC porque, além de ser gay, orientando-se homoafetivamente na relação com um outro, o mesmo gosta de ler livros de literatura, principalmente os que têm como temática as questões existenciais de pessoas LGBTs. Essa temática, presente na literatura enquanto produção ficcional (mas também em outras artes) ampliou a compreensão existencial acerca de si e de outras pessoas, possibilitando, nesse processo interacional, a manutenção de sua vida em sociedade, aliás, o não cometer suicídio. As mediações cultural e de leitura literária, por sua vez, são perspectivas que também lhe interessam pela possibilidade dialógica que promovem com outras pessoas. Nesse sentido pessoal sobre si e o outro, o estudo agrega, a balizar, a formação profissional bibliotecária deste graduando.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar as contribuições das mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+ às unidades socioculturais e informacionais: as bibliotecas. Para que essa finalidade possa ser atingida, faz-se preciso que se contemple os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer as concepções acerca da mediação cultural e da leitura literária.
- Explorar as perspectivas acerca da diversidade sexual, das relações homoafetivas e das identidades/expressões de gênero.
- Discutir a representatividade na literatura LGBTQIA+.

Este TCC divide-se em cinco capítulos a contar com a *Introdução*, em que há uma explanação geral sobre o intuito desse trabalho, destacando os objetivos gerais e específicos, bem como a justificativa e a questão problema. O capítulo dois e subseções, respectivamente, são: *As bibliotecas e as mediações cultural e de leitura literária; A leitura do mundo, da palavra e da literatura e O que pode a palavra na literatura?*. O terceiro capítulo e subseção, respectivamente, são: *A população LGBTQIA+ nas esferas socioculturais e Por que ler e*

mediar a literatura LGBTQIA+?. O quarto capítulo é a *Metodologia* e o quinto capítulo traz as *Considerações finais*.

O capítulo dois traz os conceitos das bibliotecas (tipologia) e das medições cultural e de leitura literária, cujas significações são socioculturais e informacionais, bem como dialógicas. As subseções trazem as percepções de autores e de autoras acerca da leitura (do mundo, da palavra, da palavra literária), bem como o saber-poder humanizador da literatura enquanto produto sociocultural que é (ou deveria ser) um direito de todas as pessoas.

O terceiro capítulo trata das questões de sexualidade, das expressões de gênero, dentre outras significações desse contexto sócio e historicamente construídos, bem como reflete acerca da diversidade/da população LGBTQIA+ e as discriminações que as pessoas LGBTs sofrem (e são assassinadas) nos espaços sociais. Ademais, a subseção lança um questionamento e reflete acerca da importância das mediações culturais e de leitura da literatura LGBTQIA+ às bibliotecas e/ou a outras unidades socioculturais e informacionais.

2 AS BIBLIOTECAS E AS MEDIAÇÕES CULTURAL E DE LEITURA DA LITERATURA LGBTQIA+

De acordo com Fonseca (2007, p. 48), a palavra biblioteca “vem do grego *bibliothéke*, do latim *bibliothéca*” e tem como expressão, em sua divisão vocabular, o sentido de “livro (*biblion*) e [...] (*théke*) [...], estrutura que forma um invólucro protetor: cofre, estojo, caixa, estante, edifício.” No entanto, muito mais que significados e significações vocabulares, a biblioteca é espaço de mediação cultural, mediação de leitura e de mediação informacional acerca de saberes e conhecimentos produzidos e historicamente registrados.

A biblioteca é um espaço vivo, cujo crescimento pode ser contínuo em sua organização. Para além de apenas guardar livros e outros documentos (ou suportes documentais), a biblioteca cumpre, em essência, o papel de mantenedora da produção de saberes desde a antiguidade. Nesse tocante, de lá para cá muita coisa mudou nas sociedades no mundo e, nesse processo de mudanças, a biblioteca passou a configurar outros modos de estruturas organizacionais, bem como passou a preservar, conservar e difundir informações/conhecimentos a quem se destina os seus serviços: às pessoas usuárias, aliás, às pessoas interagentes que a frequentam e vivenciam saberes, conhecimentos e serviços informacionais e culturais.

Para além da singular palavra biblioteca e sua significação vocabular, esse espaço sociocultural e informacional é, pois, plural em suas estruturas e organizações, uma vez que existem variadas bibliotecas, ou seja, diversidades tipológicas de acervos, de funções e de serviços a serem desenvolvidos e oferecidos. Nesse sentido, pode-se pensar e vivenciar as bibliotecas nacionais, as públicas, as universitárias, as especializadas, bem como as escolares e as comunitárias.

Ademais, as bibliotecas são dispositivos socioculturais e informacionais de saber-poder. São unidades que dão acesso à informação, incentivam a leitura, promovem a cultura e, por isso, são

por excelência, lugares de leitura, de informação, de manifestações culturais e de pessoas. Se considerarmos que a leitura é um direito humano, as bibliotecas, então, são espaços imprescindíveis para as pessoas, porque ao se colocarem como lugares de leitura, as bibliotecas se constituem como um direito humano fundamental (PINTO, 2017, p. 8).

Para Araújo e Oliveira, as bibliotecas nacionais “têm como principal finalidade a preservação da memória nacional, isto é, da produção bibliográfica e documental de uma

nação” (2005, p. 37). Este tipo de biblioteca “se vale, para reunir, do chamado *depósito legal* e para difundir da bibliografia nacional corrente.” (FONSECA, 2007, p. 54).

As bibliotecas públicas cumprem, de acordo com Araújo e Oliveira (2011, p. 37) “a missão de atender às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade, independentemente de classe social, cor, religião ou profissão”. As bibliotecas universitárias, por seu turno, têm a finalidade de “apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços. Atende alunos, professores, pesquisadores e comunidade acadêmica em geral [...]” (SNBP, 2022, p. 2). As bibliotecas especializadas voltam-se a uma esfera específica do conhecimento humano, ou seja, um único tema ou “grupos temáticos.” (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2011, p. 37). Seus acervos e serviços “atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento. É vinculada a uma instituição pública, ou privada podendo também se caracterizar como uma biblioteca universitária, quando vinculada a uma unidade de ensino superior” (SNBP, 2022, p. 2). As bibliotecas escolares são espaços educacionais que atendem aos “interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola na qual está inserida. Atende, prioritariamente, alunos, professores, funcionários da unidade de ensino [...]”. As bibliotecas comunitárias, por sua vez, são unidades culturais que promovem o incentivo “à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado” (SNBP, 2022, p. 1-2).

Em estado de dicionário, a palavra *mediação* traz como significação os conceitos de: “1 Ato ou efeito de mediar, de servir de mediador. 2 Intervenção, intermediação.” (AULETE, 2009, p. 525). Essas acepções exemplificam o processo e o desenvolvimento que constituem a mediação, uma vez que pontuam o “Ato ou efeito” de mediar, ou seja, a ação em si dessa prática no tocante ao serviço realizado por uma pessoa, a mediadora.

A pessoa, a qual medeia algo, atua colaborando no processo de “Intervenção, intermediação” do que se propõe a desenvolver/praticar de modo pessoal e/ou institucionalmente. Nesse tocante, a mediação é, conforme Martins (2010), “termo plural”, cujo sentido é dialético, uma vez que ela tem significações em determinadas áreas do conhecimento, a saber: a Psicologia, as Ciências jurídicas, a Ciência da Comunicação, assim como a Cultura⁴.

Para o desenvolvimento de projetos e mediações que envolvam ações culturais, sejam elas de leitura literária, bem como de outros gêneros textuais ou de outros saberes e

⁴ Para compreensão aprofundada das significações acerca do termo mediação nessas áreas, ver a dissertação de mestrado: MARTINS, A. A. L. *Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação*. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-88MHR9>. Acesso em: fev. 2022.

conhecimentos, fazem-se importante considerar as significações da mediação cultural, cujo conceito é maior e articulado nos processos de apropriação socioculturais, visto que ela “não se constitui meramente como jogo de saberes especiais ou especializados em vista de um fim determinado que lhe é exterior. É ato de afirmação ética [...]; é também discurso, ato de produção de sentidos que se realiza no campo amplo e dinâmico da cultura.” (PERROTTI, PIERUCCINI, 2014, p. 10).

As bibliotecas são espaços de mediações culturais, de encontros e de vivências. São espaços de encontros com pessoas, com livros, com artes, com informação, saberes e conhecimentos. São espaços de mediações culturais porque possibilitam momentos/vivências e trocas de experiências entre as pessoas interagentes. Nesse tocante relacional, a mediação cultural, segundo Martins (2021, p. 29), “coloca-se entre diálogos e provocações de olhares múltiplos no limiar da subjetividade dos sujeitos envolvidos”, mas também que, na atualidade, a mediação cultural “implica tempo e espaço diferenciados, em ações culturais diversas, em bibliotecários e sujeitos da experiência dispostos a estabelecerem diálogos, a mediar e ser mediados.” (MARTINS, 2021, p. 30).

A mediação cultural é uma atividade relacional que se processa antes, durante e depois no próprio ato de mediar, no ato de fazer e realizar mediações socioculturais e informacionais. Nesse processo, Martins (2021, p. 44-45) expressando o pensar do autor Jean Caune, registra que

a mediação é um processo relacional e no presente. Esse processo tem por potência a construção de um lugar de convivência, de engajamento, de relação entre as pessoas, de relação com matérias, formas de expressão, em um mundo vivido e capaz de uma abertura de sentidos, por isso é sempre um ato social.

A mediação cultural é “discurso, ato de produção de sentidos”; é “um ato social” que possibilita encontros e, sendo assim, “esse movimento de mediação cultural que se revela em encontros, implica experiência estética que pode ampliar a percepção do sujeito de experiência e mobilizar outros vetores para ver e transitar no mundo.” (MARTINS, 2021, p. 51).

No que concerne à mediação da leitura literária, essa é, segundo Cavalcante, Queiroz e Sousa (2020, p. 22) “uma conexão entre distintas vozes” que, no incentivo às práticas de leitura, “mais se contribui para a formação de uma sociedade leitora. Daí, a importância do trabalho de mediadores e mediadoras para que as pessoas descubram na leitura o prazer de conhecer, descobrir e viajar no universo literário.”

Por que ao se falar sobre mediação da leitura, lembra-se ou cita-se as pessoas mediadoras desse processo? Esse questionamento possibilita pensar que, embora a leitura seja, algumas vezes, um ato solitário que um indivíduo realiza em algum espaço particular ou intimamente seu, ela é, pois/mas também, dialógica no contato com um texto/uma obra, com um outro indivíduo ou na coletividade, porque acontece nas práticas sociais da leitura (ou da mediação cultural) realizadas, no dia a dia, por diversas pessoas, as quais podem ser familiares ou amigos, assim como por profissionais que trabalham em determinadas áreas do saber e produção humana. Refletindo sobre este aspecto, as autoras alertam que a leitura não é uma via de mão única, porque, neste específico momento,

you can be asking yourself: “Mas, como assim, se quando leio estou apenas decodificando um texto?”

Pelo contrário, querido leitor! Você pode não perceber, mas no momento em que está fazendo aquela leitura despreocupada em uma calma tarde de domingo, na realidade, você está criando conexões impressionantes.

Sabe aquele sentimento de se colocar no lugar do personagem, de se emocionar em determinada parte do livro ou de ficar envolvido por vários dias com o enredo do texto? Eu já senti e você, provavelmente, já sentiu também. Pois é... quando isso acontece, estamos diante de uma ampla sintonia entre o nosso repertório de vida (vivências, crenças, anseios...) e o texto que está sendo lido. Ou seja, a consumação da leitura a partir dos diálogos que acontecem entre texto e leitor. (CAVALCANTE; QUEIROZ; SOUSA, 2020, p. 8-9).

No tocante às pessoas mediadoras de leitura, Yolanda Reyes (2014), que é pesquisadora da leitura e da literatura infantil, informa sobre a experiência entre leitores/leitoras e livros, quando afirma que não é tão simples definir quem são os mediadores de leitura, no entanto esclarece que esses são

aqueles que estendem pontes entre os livros e os leitores, ou seja, que criam as condições para fazer com que seja possível que um livro e um leitor se encontrem. A experiência de encontrar os livros certos nos momentos certos da vida, esses livros que nos fascinam e que nos vão transformando em leitores paulatinamente, não tem uma rota única nem uma metodologia específica. (REYES, 2014, não paginado)

Para Reyes, as pessoas mediadoras de leitura estão e atuam em variadas esferas sociais, como nos lares, em escolas, bem como em bibliotecas e em outros espaços “não convencionais como os parques, os hospitais e as ludotecas, entre outros.” Nesse tocante, os primeiros mediadores de leitura são, pois, “os pais, as mães, os avós e os educadores da primeira infância e, paulatinamente, à medida que as crianças se aproximam da língua escrita, vão se somando

outros professores, bibliotecários, livreiros e diversos adultos que acompanham a leitura das crianças.” Desse contexto, então, e acerca do trabalho dos/das profissionais mediadores(as) de leitura, a autora tece algumas considerações sobre o ato de ler e do mediar e, assim, esclarece que o trabalho da pessoa mediadora de leitura não se reduz a um “manual de funções”, visto que o aspecto principal desse ofício é ler de variadas

formas possíveis: em primeiro lugar para si mesmo, porque um mediador de leitura é um leitor sensível e perspicaz, que se deixa tocar pelos livros, que desfruta e que sonha em compartilhá-los com outras pessoas. Em segundo lugar, um mediador cria rituais, momentos e atmosferas propícias para facilitar os encontros entre livros e leitores. Às vezes, pode fazer a Hora do Conto e ler em voz alta uma ou várias histórias a um grupo, mas, outras vezes, propicia leituras íntimas e solitárias ou encontros em pequenos grupos. Assim, em certas ocasiões, conversa ou recomenda algum livro; em outras permanece em silêncio ou se oculta para deixar que livro e leitor conversem.

Por isso, além de livros, um mediador de leitura lê seus leitores: quem são, o que sonham e o que temem, e quais são esses livros que podem criar pontes com suas perguntas, com seus momentos vitais e com essa necessidade de construir sentido que nos impulsiona a ler, desde o começo e ao longo da vida. (REYES, 2014, não paginado).

Em consonância com as considerações de Reyes (2014) sobre as pessoas mediadoras de leitura nas ações de mediação e na relação com os livros, consigo mesma e com o outro, o professor Lourival Pereira Pinto (2017) desenvolve algumas práticas de atuação em projetos que objetivam o fomento e o incentivo à leitura em bibliotecas. Para o professor, o trabalho com leitura pode dar-se com a leitura de textos/obras de literatura, visto que a formação leitora “pode ser iniciada com a leitura literária, porque ela pode ser um convite à imaginação, à subversão e à construção de mundos possíveis.” (PINTO, 2017, p. 27-28).

No que diz respeito à formação leitora, as reflexões desse autor perpassam esferas que vão desde o desenvolvimento de políticas de coleções, a organização de acervos, bem como projetos de extensão cultural para as bibliotecas, os quais auxiliam em ações de fomento à leitura. Perante esse contexto, de acordo com Pinto (2017, p. 29), a formação de leitores “requer uma série de ações estratégicas, que tem como objetivo, além da formação leitora, a transformação de uma biblioteca viva. As bibliotecas devem ser organismos vivos e que interferem de maneira positiva nas pessoas e nas suas comunidades.” No tocante ao trabalho com a mediação, Pinto (2017, p. 29) argumenta sobre sua importância, quando afirma que as mediações são

pontos de contato entre pessoas que possibilitam que avancemos através de lugares antes desconhecidos, mas que uma vez desvelados, abrem-se para novas perspectivas

de conhecimento. As travessias são pessoais e não há limites para elas. As possibilidades nesse caminho são infinitas.

Em bibliotecas, sejam elas públicas, escolares ou comunitárias, a mediação de leitura cumpre funções importantes nos espaços socioculturais, uma vez que por ela as pessoas bibliotecárias podem realizar processos e ações que balizam informações e conhecimentos, educando para a cidadania consciente, aliás, para a consciência de saber-poder em sociedade. Nesse contexto, a biblioteca “precisa cumprir seu papel social e cultural dentro da comunidade, mas para isso ela precisa ir muito além do balcão de atendimento.” (PINTO, 2017, p. 34).

Para esta pesquisa, as sugestões de ações que o professor propõe têm valor atuante, uma vez que são “ações que podem contribuir com as estratégias de mediação nas bibliotecas.” (2017, p. 31). Destacam-se, então, as seguintes sugestões, cuja descrição serve como orientação e guia ao trabalho com as mediações cultural e de leitura literária:

1) **RODAS DE LEITURAS:** nessa ação, os interagentes podem se reunir para fazer uma leitura de um texto em conjunto. Após a leitura, é pertinente discutir o texto e relacioná-lo com o cotidiano dos interagentes. O texto pré-selecionado, pode ser um conto, um poema (...), etc.

2) **MEDIAÇÃO DE LEITURA:** aqui, o mediador pode estabelecer uma estratégia de leitura que, segundo Riter (2009), deve levar em conta as seguintes etapas:

Motivação para a leitura: momento que antecede a leitura e que cria um ambiente propício para a ação. A leitura, que é feita pelo mediador, mas que pode ser compartilhada com outros interagentes.

A exploração da história: momento em que o mediador explora os elementos da história, explicando alguns trechos e fazendo sua contextualização no tempo e no espaço.

A extrapolação da história: momento final, em que o mediador propõe uma atividade relacionada à história lida. Esta etapa deve ser muito bem conduzida para que os leitores se reconheçam na história. Nesta etapa, evitem perguntar ao grupo apenas o que eles entenderam da história. A atividade deve ser mais complexa, e o mediador deve aderir à atividade proposta. Vejam alguns exemplos:

3) **CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS:** ação em que o mediador conta uma história, utilizando-se de recursos cênicos e de muita interação.

4) **EXIBIÇÃO DE FILMES:** recomendamos exibir filmes (longas ou curtas) e que após a exibição seja iniciada uma discussão em grupo.

5) **MALAS DE LEITURA:** a biblioteca pode produzir malas, carregá-las de livros, gibis, revistas [...] e emprestá-las às pessoas durante um final de semana. O objetivo desta ação é incentivar a leitura entre os familiares e amigos.

6) **REGISTRO DE MEMÓRIAS:** A biblioteca pode reunir, periodicamente, pessoas da comunidade para registrar memórias por meio de textos, fotografias e vídeos. Essa ação visa resgatar e preservar as memórias do entorno da biblioteca.

7) **INTERATIVIDADE:** a biblioteca pode guardar, em sua coleção, trabalhos produzidos pelos interagentes, como poemas, contos, quadros, telas, vídeos,

músicas, artesanato etc. e colocá-los à disposição da comunidade, em forma de empréstimos, ou criar exposições temporárias com esses trabalhos.

8) **GRUPOS DE LEITURA**: formar grupos que tenham interesses comuns de leitura. Os membros do grupo podem se reunir na biblioteca para discutir e compartilhar os livros lidos.

9) **GRUPOS DE TEATRO**: a biblioteca pode incentivar a ação em que os interagentes farão a apresentação de uma peça de teatro por meio da leitura. As apresentações podem ser feitas na biblioteca ou em outros lugares.

10) **RECITAIS DE POESIA E MÚSICA**: esta ação pode motivar os interagentes a fazer leituras de poemas e/ou de apresentações musicais dentro da biblioteca ou em outros espaços da comunidade.

11) **PALESTRAS**: a biblioteca pode promover palestras com escritores, artistas, professores, cientistas, representantes da comunidade, etc.

12) **INFORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE**: a biblioteca deve assumir a responsabilidade de disseminar informações sobre saúde, trabalho, política, justiça e cotidiano. Essa disseminação pode ser realizada por meio de distribuição de folhetos, exposição de recortes de jornais atualizados, reuniões com pessoas da comunidade, e ainda palestras com especialistas, como médicos, enfermeiros, advogados, cientistas políticos, etc. (PINTO, 2017, p. 31-32).

Essas 12 estratégias podem acontecer em bibliotecas, como se observa, mas algumas delas também podem ser realizadas em outras unidades socioculturais e informacionais.⁵ Ademais, algumas dessas estratégias podem corroborar nas ações culturais de leitura e da mediação da literatura LGBTQIA+.

Neste estudo, a leitura e mediação da literatura LGBTQIA+ diz respeito, especificamente, à leitura mediada de livros/textos literários. Nesse processo, as ações de representatividade e conscientização, que a literatura LGBTQIA+ pode promover, referem-se à diversidade sexual, às relações homoafetivas e às expressões de gênero, as quais ganham reflexões importantes e oportunas no trabalho com a leitura e mediação cultural e informacional. Ademais, para além da leitura mediada de livros/textos literários, esta pesquisa reconhece outras formas de expressar o conteúdo informacional LGBTQIA+⁶.

Desse modo, a conscientização acerca da diversidade/população LGBTQIA+ pode abarcar, por exemplo, datas históricas dos movimentos político-culturais que marcaram todo um contexto de luta e de reivindicações por direitos, além de ações contra as discriminações existentes nos espaços sociais. Nesse sentido, no que concerne às questões organizacionais de

⁵ Além das bibliotecas como espaço socioculturais e informacionais, têm-se os museus, as instituições de ensino, as livrarias, editoras, dentre outros espaços cuja proposta seja desenvolver projetos e ações de leitura e mediação da literatura, assim como o trabalho com outros gêneros textuais.

⁶ Para compreender mais especificamente este aspecto, ver o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores Hélio Márcio Pajeú e Arthur Henrique Feijó de Almeida: PAJEÚ, H. M.; ALMEIDA, A. H. F. **Quando as questões de gênero invadem a biblioteca escolar: proposta de calendário comemorativo da diversidade.**, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/164873>.

uma biblioteca (ou de outras unidades socioculturais e informacionais), pode-se promover determinadas mediações culturais, a exemplos de eventos como seminários, oficinas ou exposições que tematizem as questões existenciais LGBTQIA+.

Em bibliotecas, a mediação cultural e informacional podem ocorrer com exposição de livros de literatura, seja eles obras de romance, de contos, poemas, teatro; ou mesmo autobiografias ou biografias, colocando as obras que se têm no acervo em certo ponto de visibilidade para que se tome contato com as mesmas assim que se adentrar na biblioteca. Ademais, essa mediação pode ocorrer mais diretamente, caso haja profissionais que apresentem toda essa relação informacional e de conhecimento acerca da temática LGBTQIA+ presente no material exposto.

Promover a visibilidade desses livros (ou o conteúdo informacional dos mesmos) pode ser bastante representativo ao expressar, por exemplo em banners, determinadas datas, vidas e obras/produções que marcaram todo um contexto histórico político-cultural do movimento LGBTQIA+ (internacional e/ou nacional). Isto possibilitaria não somente reconhecimento, mas acolhimento, porque valorizaria e promoveria certa atenção ao que está sendo exposto, mas também pode promover, de modo mais particular a cada pessoa, o respeito, a compreensão e aceitação à existência de pessoas LGBTs. E isso é o que o presente estudo deseja que muito mais aconteça: respeito, acolhimento e afeto entre as pessoas.

Na relação das atividades culturais, seja entre as obras literárias expostas (em estantes ou mesmo em banners) com trechos das obras ou outros conteúdos LGBTs no evento, assim como as leituras e mediações literárias, que podem ser realizadas com variadas narrativas, essas ações têm papel importante a cumprir enquanto representatividade e conscientização sobre a diversidade LGBTQIA+, acerca das relações homoafetivas e das identidades/expressões de gênero, assim como a conscientização ao combate à LGBTfobia.

A mediação de leitura se insere na mediação cultural e, assim, ambas são atividades relacionais, uma vez que a mediação de leitura é uma atividade que pode promover relacionamentos de escuta, de trocas, de compreensão, de acolhimento e de afetos. A leitura mediada é, pois, ação-processo de conscientização e de transformação social; é esfera política-discursiva a ter significações e a serem ressignificadas para o bem viver no coletivo-social, nas relações dialógicas entre as pessoas.

As ações de mediação realizadas ao bem de uma população são importantes ferramentas de conscientização social. Nesse sentido, a mediação, seja ela literária ou de outros discursos, caracterizam-se como dispositivos socioculturais às unidades que lhes promovem. Sendo assim, a biblioteca é um dispositivo organizacional de saber e de poder e, como tal, tudo o que há em

seu espaço está perpassado por informação e conhecimento, os quais devem estar a serviço da população.

2.1 A LEITURA DO MUNDO, DA PALAVRA E DA LITERATURA

a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele [...], este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente (FREIRE, 1989).

A leitura, seja do mundo ou das palavras, tem papel fundamental na formação cognitiva, social, cultural e educacional das pessoas. Ela pode acontecer de modo natural perante determinadas imagens ou de situações da vida cotidiana ou pode dar-se de modo planejado, estruturando-se, pois, com determinadas finalidades nas esferas e práticas sociais. Assim, em variados contextos, acontecimentos e situações, a leitura faz-se importante para a construção de repertório, para ter mais conhecimento e para a formação própria de opinião sobre os assuntos que interessam a cada pessoa.

Nesse sentido, a leitura deve se tornar uma prática social a ser vivenciada no cotidiano para, dentre outros aspectos, desenvolver e aprofundar os processos e níveis de leitura na compreensão do que se ler e do que se pretende ler para adquirir conhecimento de algo. Nesse ato processual que é a leitura, faz-se preciso concebê-la “como construção de subjetividades, envolvendo preferências, escolhas e direitos.” (STOCKER, 2011, p. 66).

Nesse tocante, corrobora ao desenvolvimento deste estudo as concepções de leitura da pesquisadora Maria Helena Martins, quando informa sobre a importância da leitura na formação cidadã, assim como na formação dos sentidos de leitura, visto que ler “significa também aprender a ler o mundo, dar sentido a ele e a nós próprios, o que mal ou bem, fazemos mesmo sem ser ensinados.” (MARTINS, 2004, p. 34).

Ao entrecruzar a percepção da autora com o pensamento do educador Paulo Freire, pode-se estabelecer o seguinte diálogo acerca d’*A importância do ato de ler* (FREIRE, 1989),

quando o mesmo relembra as significações da leitura do mundo e da leitura das palavras enquanto percepções do existir humano, assim como das práticas educativas em sociedade:

Me parece indispensável, ao procurar falar de tal importância, dizer algo do momento mesmo em que me preparava para aqui estar hoje; dizer algo do processo em que me inseri enquanto ia escrevendo este texto que agora leio, processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 9).

O dar sentido ao mundo e as palavras são vastos, por isso recorrentes às leituras realizadas nos espaços sociais. Nesse processo, a autora aponta outras reflexões sobre a leitura, elencando aspectos básicos acerca da compreensão desse processo, que é o ato de ler. Segundo essa autora, há três níveis de leitura, os quais são: *leitura sensorial*, *leitura emocional* e *leitura racional*. No ato de ler ou nos momentos/nas relações de leitura, de acordo com a autora, esses três níveis de leitura diz respeito ao aspecto de aproximação com o objeto lido, uma vez que a leitura, por ser dinâmica e circunstanciada, os três níveis são “inter-relacionados, senão simultâneos, mesmo sendo um ou outro privilegiado, segundo a experiência, expectativas, necessidades e interesses do leitor e das condições do contexto geral em que se insere.” (MARTINS, 2004, p. 36-37).

Acerca desses níveis, a autora descreve (2004, p. 40) o que caracteriza cada nível de leitura e as relações de sentido entre si. No que diz respeito à leitura sensorial, a pesquisadora informa que a “visão, o tato, a audição, o olfato e o gosto podem ser apontados como os referenciais mais elementares do ato de ler.” No contexto inicial do relacionamento da criança com mundo, é nesse nível de leitura que se vivencia o aspecto sensorial, assim como acontece aos contextos da fase adulta nas relações sociais, “no qual todos nós precisamos aprender a viver para sobreviver. Não se trata de uma leitura elaborada; é antes uma resposta imediata às exigências e ofertas que esse mundo apresenta; relaciona-se com as primeiras escolhas e motiva as primeiras revelações. Talvez, por isso mesmo, marcantes.” (MARTINS, 2004, p. 40).

No direcionamento sobre a leitura sensorial, a pesquisadora tece algumas afirmações sobre os processos desse nível de leitura, questionando:

A leitura sensorial vai, portanto, dando a conhecer ao leitor o que ele gosta ou não, mesmo inconscientemente, sem a necessidade de racionalizações, justificativas, apenas porque impressiona a vista, o ouvido, o tato, o olfato ou o paladar. Por certo alguns estarão a pensar que ler sensorialmente uma estória contada, um quadro, uma canção, até uma comida é fácil. Mas como ler assim um livro, por exemplo? (MARTINS, 2004, p. 42).

No que diz respeito à leitura sensorial em crianças e em adultos sem formação escolar, esclarece o questionamento feito anteriormente, apontando os valores simbólicos que se processam na dinâmica da leitura não de um texto escrito, mas do objeto livro com seus aspectos formais/estruturais, uma vez que, segundo a autora (2004, p. 42), antes de ser um texto escrito, todo livro é um objeto que apresenta “forma, cor, textura, volume, cheiro. Pode até ouvi-lo se folhearmos suas páginas. Para muitos adultos e especialmente crianças não alfabetizadas essa é a leitura que conta. Quem já teve oportunidade de vivenciá-la e de observar a sua realização sabe o quanto ela pode render.”

Nesse processo sobre a leitura sensorial e sua relação com livro, compreende que “esse jogo com o universo escondido num livro vai estimulando na criança a descoberta e aprimoramento da linguagem, desenvolvendo sua capacidade de comunicação com o mundo.” (MARTINS, 2004, p. 43). Assim sendo, no decorrer das análises e reflexões sobre o que é a leitura sensorial, a pesquisadora argumenta acerca da significação de valor menor que se atribui às questões dessa leitura, mas também no universo da leitura emocional, sobre a qual passa a refletir:

Sob o ponto de vista da cultura letrada, se a leitura sensorial parece menor, superficial pela sua própria natureza, a leitura emocional também tem seu teor de inferioridade: ela lida com os sentimentos, o que necessariamente implicaria falta de objetividade, subjetivismo. No terreno das emoções as coisas ficam ininteligíveis, escapam ao controle do leitor, que se vê envolvido por verdadeiras armadilhas traçadas no seu inconsciente. Não obstante, essa é a leitura mais comum de quem diz gostar de ler, talvez a que dê maior prazer. E, mais uma contradição, é pouco revelada e muito menos valorizada (MARTINS, 2004, p. 48-49).

Ao descrever acerca da leitura emocional, reflete significativamente alguns aspectos e interações de contextos e de acontecimentos tão inerentes as pessoas leitoras nas suas relações de leituras. Isso ocorre porque, de acordo com a autora (2004, p. 49), determinadas pessoas,

processos situacionais, espaços, coisas, assim como “conversas casuais, relatos, imagens, temas, cenas, caracteres ficcionais ou não têm o poder de incitar, como no toque mágico, nossa fantasia, libertar emoções. Vêm ao encontro de desejos, amenizam ou ressaltam frustrações diante da realidade”.

Em relação a esses aspectos, a pesquisadora expressa algumas significações que corroboram com as ações de mediação cultural, no tocante ao trabalho com a leitura e mediação da literatura LGBTQIA+ nas esferas socioculturais e informacionais. Talvez convenha, segundo Martins (2004, p. 52-53), pensar o texto “mais como um acontecimento, algo que acontece ao leitor. Principalmente porque na leitura emocional não importa perguntarmos sobre o seu aspecto, sobre o que um certo texto trata, em que ele consiste, mas sim o que ele faz, o que provoca em nós.” No que concerne à leitura racional, Martins argumenta acerca da visão que se tem a este nível de leitura em sociedade. Descreve, assim, seu valor nas esferas sociais letradas, visto que para a maioria “só agora estaríamos no âmbito do status letrado, próprio da verdadeira capacidade de produzir e apreciar a linguagem, em especial a artística. Enfim, leitura é coisa séria, dizem os intelectuais.” (MARTINS, 2004, p. 62-63).

Diante desse pensamento expresso e ao se estabelecer relações com os aspectos sensoriais e emocionais que se vivenciam nas experiências de leitura, esse estabelecimento relacional diminuiria, por um lado, a significação e o valor do ato/dos processos de leitura, revelando, segundo a pesquisadora (2004, p. 62-63), determinada ignorância, uma vez que o nível de leitura racional é a perspectiva intelectualizada e dominante, mas não por ser da maioria dos leitores, porém porque “foi concebida e é mantida por uma elite, a dos intelectuais: pensadores, estetas, críticos e mesmo artistas que reservam a si o direito de ditar normas a nossa leitura, bem como guardam para si o privilégio da criação e fruição das artes, das ideias, das coisas boas da vida.”

Por outro lado, para além desse nível intelectual de leitura que “ênfatiza, pois, o intelectualismo, doutrina que afirma a proeminência e autoridade dos fenômenos intelectuais sobre os sentimentos e as vontades” (p. 63), tem-se a principal abordagem que a pesquisadora desenvolve enquanto perspectiva de leitura “confinada à escrita e ao texto literário ou as manifestações artísticas em geral.” (p. 64). Essa perspectiva dialoga com as considerações de Antonio Candido (2014), quanto à percepção mais ampla acerca da literatura, a qual se verá mais adiante. No tocante à principal abordagem, a autora discute

a visão de leitura confinada à escrita e ao texto literário ou as manifestações artísticas em geral, propondo vê-la como um processo de compreensão abrangente, no qual o leitor participa com todas as suas capacidades a fim de aprender as mais diversas formas de expressão.

Assim, na perspectiva proposta aqui, a competência para criar ou ler se concretiza tanto por meio de textos escritos (de caráter ficcional ou não) quanto de expressão oral, música, artes plásticas, artes dramáticas ou de situações da realidade objetiva cotidiana (trabalho, lazer, relações afetivas, sociais). Seja o leitor inculto ou erudito, seja qual for a origem do objeto de leitura, tem ele caráter utilitário, científico, artístico, configure-se como produto da cultura folclórica, popular, de massa ou das elites. (MARTINS, 2004, p. 64-65).

Ainda sobre a leitura racional, a autora destaca os aspectos dialógicos dessa leitura, fazendo compreender sua importância reflexiva no ato de ler e da ligação que este nível de leitura tem com as outras possibilidades de interação leitora:

Importa, pois, na leitura racional, salientar seu caráter eminentemente reflexivo, dialético. Ao mesmo tempo que o leitor sai de si, em busca da realidade do texto lido, sua percepção implica uma volta à sua experiência pessoal e uma visão da própria história do texto, estabelecendo-se, então, um diálogo entre este e o leitor com o contexto no qual a leitura se realiza. Isso significa que o processo de leitura racional é permanentemente atualizado e referenciado. [...] Em síntese, a leitura racional acrescentar à sensorial e à emocional o fato de estabelecer uma ponte entre o leitor e o conhecimento, a reflexão, a reordenação do mundo objetivo, possibilitando-lhe, no ato de ler, atribuir significado ao texto e questionar tanto a própria individualidade como o universo das relações sociais. E ela não é importante por ser racional, mas por aquilo que o seu processo permite, alargando os horizontes de expectativa do leitor e ampliando as possibilidades de leitura do texto e da própria realidade social. (MARTINS, 2004, p. 65-66).

Com relação aos três níveis de leitura, Maria Helena Martins reforça o fato de se relacionarem entre si esses níveis de leitura, assim como esclarece o valor simbólico social que eles exercem, individual ou coletivamente, em cada pessoa leitora. Acerca desse aspecto, confirma serem inter-relacionados ou até mesmo simultâneos, mesmo ocorrendo de um ou outro ser privilegiado. No entanto, não há

propriamente uma hierarquia; existe, digamos, uma tendência de a leitura sensorial anteceder a emocional e a esta se suceder a racional, o que se relaciona com o processo de amadurecimento do homem. Porém, como quis mostrar aqui, são a história, a experiência e as circunstâncias de vida de cada leitor no ato de ler, bem como as respostas de questões apresentadas pelo objeto lido, no decorrer do processo, que podem evidenciar um certo nível de leitura. (MARTINS, 2004, p. 77).

A leitura é, pois, o contato com o mundo, o olhar de significações acerca das coisas. É interação com o meio, é diálogo com o outro, com as idiossincrasias de cada ser. A leitura possibilita possíveis compreensões de si e do outro e do entorno; possibilita a percepção direta do ser e do não ser, do estar a existir no dia a dia da vida com suas múltiplas linguagens e leituras.

Nesse sentido de interações, diálogos e contextos, o professor Rildo Cosson afirma que ler é compartilhar os sentidos de uma sociedade. Sendo assim, ler é um processo que “passa necessariamente pelo leitor, autor, texto e contexto. Sem um deles, o circuito não se completa e o processo resulta falho. O diálogo da leitura implica ouvir o autor para entender o texto, construir o sentido do texto porque se compartilha os sentidos de uma sociedade.” (COSSON, 2020, p. 41). E os sentidos de uma sociedade é o que a literatura LGBTQIA+ também expressa no que diz respeito à existência e as vivências de pessoas LGBTQIA+.

A concepção de leitura que Cosson elenca é “a leitura como diálogo”. Essa perspectiva de leitura, de acordo com o professor, tem como base a percepção de Mikhail Bakhtin acerca da interação social pela língua/linguagem. Cosson (2020) compreende que “o gesto inaugural de leitura começa com o leitor fazendo uma indagação”, no sentido de questionar, justamente, os contatos/contextos situacionais de leitura ou, mais amplamente, as práticas sociais de leitura, ou seja, o ato de ler o mundo, a palavra, a palavra literária, dentre outras possibilidades de leituras com a/na variedade de gêneros textuais existentes nos espaços sociais. Nesse tocante interacional, ler consiste em

produzir sentidos por meio de um diálogo, um diálogo que travamos com o passado enquanto experiência do outro, experiência que compartilhamos e pela qual nos inserimos em determinada comunidade de leitores. Entendida dessa forma, a leitura é uma competência individual e social, um processo de produção de sentidos que envolve quatro elementos: o leitor, o autor, o texto e contexto (COSSON, 2020, p. 36).

Para Cosson (2020, p. 49), a literatura “incorpora de maneira única os diversos discursos e estruturas textuais de uma sociedade.” Nesse tocante, e levando em consideração a concepção de leitura como diálogo expressa por ele, a leitura literária “conduz a indagações sobre o que somos e o que queremos viver, de tal forma que o diálogo com a literatura traz sempre a possibilidade de avaliação dos valores postos em uma sociedade.” (2020, p. 50). Desse modo, o diálogo que a literatura conduz acontece porque os textos literários

guardam palavras e mundos tanto mais verdadeiros quanto mais imaginados, desafiando os discursos prontos da realidade, sobretudo quando se apresentam como verdades únicas e imutáveis. Também porque na literatura encontramos outros caminhos de vida a serem percorridos e possibilidades múltiplas de construir nossas identidades. Não bastasse essa ampliação de horizontes, o exercício de imaginação que a leitura de todo texto literário requer é uma das formas relevantes do leitor assumir a posição de sujeito e só podemos exercer qualquer movimento crítico quando nos reconhecemos como sujeitos (COSSON, 2020, p. 50).

A posição de sujeito consciente de si, do outro e do entorno, aliás, do aspecto sociopolítico, é o que Silvia Castrillón (2011) propõe ao refletir questões de leitura e de escrita no âmbito da educação e das bibliotecas, ou melhor, no âmbito socioeducacional das unidades culturais e informacionais.

Nesse contexto, a autora, que é bibliotecária e editora colombiana, ao traçar aspectos socioculturais, políticos e econômicos de seu país, pensa, na verdade, determinados aspectos inerentes às sociedades em desenvolvimento: “Em primeiro lugar, é para a educação que se deve dirigir a maior parte dos esforços e, em segundo, são as bibliotecas os meios para a democratização do acesso, desde que nelas se produzam, também, importantes transformações.” (CASTRILLÓN, 2011, p. 22). Nesse tocante, além de discutir e contribuir com a atuação de bibliotecárias e de bibliotecários, enquanto agentes socioculturais e politicamente engajados na mudança em sociedade, a autora reforça que a responsabilidade sociopolítica está na promoção da leitura e da escrita como práticas culturais, aliás, práticas como forma de mudança e atuação no mundo: “ler pode ser um meio para melhorar as condições de vida e as possibilidades de ser, de estar e de atuar no mundo” (2011, p. 20).

As reflexões de Castrillón contribuem com o desenvolvimento deste estudo, porque problematiza questões de leitura e de escrita como direitos – social e político – transformadores da sociedade, assim como consciente perspectiva acerca da promoção da leitura literária como expressão e acontecimento do existir cultural e politicamente em sociedade, aliás, do experimentar possíveis formas de ser e de estar no mundo. Ademias, são significativas suas considerações acerca do papel de pessoas bibliotecárias e das bibliotecas:

Um país requer bibliotecas que possam ir mais além desse plano mínimo de trabalho. Bibliotecas que, em primeiro lugar, se convertam em meios contra a exclusão social, isto é, que se constituam em espaços para o encontro, para o debate sobre os temas que dizem respeito a maioria e minorias; bibliotecas onde crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares, encontrem respostas a seus problemas e interesses e lhes sejam abertas novas perspectivas (CASTRILLÓN, 2011, p. 36).

Castrillón argumenta acerca da importância da formação e vocação do bibliotecário, para que haja atuação efetiva no trabalho com a leitura em bibliotecas. Segundo a autora, é preciso ser um bibliotecário leitor, cuja consciência seja crítica e reflexiva perante a realidade que se apresenta nas esferas sociais:

Leitor da realidade e leitor de livros que o ajudem a ler essa realidade. Não podemos continuar a aceitar que o bibliotecário não seja leitor. Todas as ações que conduzam a biblioteca a se tornar uma instituição que contribua para a mudança passam pela leitura. Sem ela é inconcebível um projeto que pretenda fazer da biblioteca um instrumento a serviço da democracia. Nenhuma pessoa – menos ainda um bibliotecário que trabalha com livros e leitura – deve sucumbir às pressões da vida cotidiana e renunciar a melhorar sua condição como ser humano, algo para o qual a leitura contribui como forma de transcender e de superar uma sobrevivência imediatista (CASTRILLÓN, 2011, p. 46-47).

Para Castrillón, deve haver “caráter político” na educação e na promoção da leitura. No entanto, segundo a bibliotecária, esse valor político tem sido negado, principalmente, nas sociedades latino-americanas. Mas é esse valor que confere as significações de urgência “fundamental” e “necessária” à leitura e a sua promoção. Frente a esse contexto, afirma:

Definitivamente, acredito que se tem negado o caráter político que devem ter educação e qualquer tentativa de promover a leitura, pelo menos em sociedades como a latino-americana, que exigem mudanças sociais urgentes para as quais a leitura é um instrumento fundamental. Negar esse caráter político impede dar à promoção da leitura a dimensão que teria se as maiorias a adotassem como um instrumento necessário para melhorar suas condições de vida. É também negar o que há de político no supostamente apolítico (CASTRILLÓN, 2011, p. 61).

Ainda sobre a defesa da promoção e o aspecto transformador da leitura, a bibliotecária (2011, p. 64) lembra que os “projetos de leitura precisam dar a mão a esses processos de organização, acompanhá-los, demonstrar que a leitura não é um adorno nem um passatempo e que seu valor não está em oferecer apenas alguns momentos prazerosos, mas sim que a leitura é um instrumento extremamente útil na transformação e organização de suas vidas.” Acerca do papel da escola e da leitura (em específica a leitura literária), enquanto espaço/ação do ato de

ler, ambas têm saberes e poderes de forte atuação em sociedade, assim reforça Castrillón (2011, p. 65):

Implica reconhecer que, em algum momento, tanto a escola como a leitura devem tomar partido por uma transformação social que acabe com desequilíbrios e desigualdades. Implica também aceitar que a leitura, em especial a leitura literária, não é um meio de lazer passivo, ao contrário, tem profundo sentido e valor. Que a literatura é “um luxo de primeira necessidade”, segundo palavras de Antonio Muñoz Molina.

Silvia Castrillón, enquanto bibliotecária defensora das bibliotecas e da promoção da leitura, atua sociopolítica e eticamente em seu país, no entanto seu discurso consciente deve se fazer reverberar em qualquer nação. Nesse sentido, este seu desejo deve ser também de todos e de todas para que se pense e desenvolva uma “biblioteca que não seja substituída pelas virtuais, onde sejam possíveis a participação, a negociação, o debate e a reflexão a partir da leitura. Um local onde os cidadãos possam ficar bem informados. Uma biblioteca com bibliotecários conscientes de seu papel ético e político.” (2011, p. 66).

No ensaio *Leitura literária: da teoria à prática social*, a professora Vera Teixeira de Aguiar (2014) dialoga com o pensar de Castrillón (2011), porque ambas autoras pensam e promovem a leitura enquanto projeto de atuação social, política e historicamente situada com o contexto. Aliás, estão preocupadas com a formação do sujeito leitor, mas também com sua inserção e cidadania em sociedade. Nesse tocante, segundo Aguiar (2014), faz-se necessário um projeto de formação de leitores ampliado e, assim,

marcado politicamente, uma vez que tem em vista o maior equilíbrio na distribuição do saber no seio da sociedade. Instrumentalizados para ler, os diferentes segmentos têm oportunidade de atuar mais eficazmente na comunidade em que vivem. Nesse sentido, um programa de tal medida, para obter sucesso, precisa, entre outras coisas, dar-se conta da ampla dimensão do ato de ler, sendo importante salientar que é um processo social sobre mais de um ângulo: bifacetado, quando se considera a relação texto versus leitor, e multifacetado, quando entra em jogo a interação de todos os agentes sociais. (AGUIAR, 2014, p. 141, grifo da autora).

Ao pensar a leitura no contexto social, a autora elenca certas perspectivas do âmbito dos estudos literários, como forma de ampliar a compreensão e o fazer-saber na relação entre o leitor e o texto/a obra. Nesse sentido, quando

se tem em vista a relação do leitor com o texto, a estética da recepção é a teoria que pode elucidar aspectos antes não abordados sobre a função ativa e criadora do leitor como destinatário da obra literária. Para essa corrente, a obra permanece viva enquanto pode se relacionar com o leitor. Sua medida de aceitação é o horizonte de expectativas, código de normas estéticas ideológicas que orienta uma certa época e reside na consciência individual como um saber que se constrói no social” (AGUIAR, 2014, p. 142).

Ainda sobre a relação entre o leitor e o texto/a obra, Aguiar (2014, p. 142) esclarece, argumentando que uma “obra que, em determinado momento histórico, surpreendeu pela novidade, pode tornar-se vulgar para o receptor de outra época, e as grandes obras são aquelas que, em cada atualização, provocam o leitor, formulando novas questões.” Acerca do valor simbólico e da função do texto literário, a professora afirma que é preciso levar em consideração

o horizonte de expectativas de uma obra em dado período histórico, [...] levantar o horizonte de questões para o qual o texto é a resposta. Por sua vez, não fornecendo respostas acabadas, o texto propõe questões, estabelecendo-se a distância estética entre as expectativas do público, de um lado, e as respostas da obra e suas perguntas desafiadoras, de outro. Daí decorre a função do texto literário, que é de renovar a percepção estética. Essa renovação tem sentido amplo, pois a experiência literária do leitor deve penetrar no horizonte de expectativas de sua vida prática, interferir em seu conhecimento do mundo, afetando, em consequência, seu comportamento social. (AGUIAR, 2014, p. 142).

Até esse ponto a autora apresentou a dimensão bifacetada do ato de ler. Nessa perspectiva, ganha ênfase, justamente, a relação entre leitor e texto. Assim, de acordo com a pesquisadora, a relação bifacetada tem como focos as condições internas da pessoa leitora e do texto:

a relação é considerada bifacetada por ter como focos, de um lado as condições internas do leitor (seu horizonte de expectativas e, em consequência, sua capacidade leitora) e, de outro, o texto (os procedimentos de provocação do leitor, o qual ele traz implícito). Todavia, os dois polos são abastecidos pelos estímulos do universo exterior, que emulam os atos de ler e escrever. São eles, pois, que enriquecem o encontro de leitor e texto, sempre mergulhados no tecido social. (AGUIAR, 2014, p. 144).

Em relação ao ato de ler “multifacetado”, a autora traz a abordagem da sociologia da leitura, a qual leva em consideração o público leitor na dinâmica literária, ou seja, esse público leitor é elemento atuante no processo de formação leitora, pois a sociologia da leitura

oferece a possibilidade de estudar o público como elemento ativo da dinâmica literária, considerando que suas mudanças em relação às obras alteram o mecanismo de produção das mesmas. Assim, se pesquisam as preferências dos leitores, levando em conta os diversos segmentos sociais que interferem na formação do gosto e servem de mediadores de leitura (positivos ou negativos), e ainda as condições específicas dos receptores segundo seu lugar social, cultural, etário, sexual, profissional, etc. (AGUIAR, 2014, p. 145).

Desse modo, a sociologia da leitura amplia visões e possibilidades no que diz respeito à produção, aos estudos e usos dos textos literários. Nessa perspectiva, a sociologia da leitura

entende o literário, portanto, em sentido mais abrangente, atendo-se ao terceiro polo da comunicação – o leitor –, incluindo aí as contingências vividas e as influências de todos os fatores sociais que podem controlar a quantidade e a qualidade do consumo. Nesse caso, se toda leitura é objeto de estudo porque definidora de um tipo de público, é também objeto de análise a recepção dos textos considerados marginais e subliterários. Significa dizer que a sociologia da leitura desconsidera o valor literário, intrínseco às obras, para se ater ao largo contexto de sua circulação e seu uso, buscando aí as razões do sucesso e da permanência de muitas delas. (AGUIAR, 2014, p. 145).

Aguiar (2014) reflete sobre os diversos diálogos que a sociologia da leitura possibilita no cerne de suas pesquisas. Essa perspectiva parece ser interessante e pode ser bastante útil ao trabalho com as mediações cultural e de leitura literária em bibliotecas ou em outras unidades socioculturais e informacionais, uma vez que possibilita a ampliação dos sentidos e visão de mundo por proporcionar o contato com outras áreas com seus saberes e conhecimentos. Acerca desse contexto e possibilidades, a autora informa que as pessoas pesquisadoras dessa vertente

valem-se, em suas investigações sobre a leitura, dos avanços da sociologia da literatura, da história, da antropologia e da etnologia, entendendo o fato literário no panorama da sociedade em que está inserido e com a qual dialoga. Estudam, por isso, as questões de produção, identificando os elementos que interferem na atividade do escritor como homem de seu tempo com responsabilidade social definida. (AGUIAR, 2014, p. 145).

Acerca do papel das pessoas mediadoras, Aguiar (2014) argumenta sobre as esferas onde diferentes perfis de mediadores se fazem presença na formação leitora. Nesse contexto, os estudos sobre leitura acontecem pelo viés da sociologia do público:

Os estudos hoje se voltam para a sociologia do público, atendendo para o papel dos mediadores (como a biblioteca, a editora, a livraria, a imprensa, o sistema de distribuição, os eventos culturais, a igreja, a escola, a família) decisivo para

o destino da literatura na sociedade. Pode-se dizer, por isso, que, quanto maior for o contato do sujeito com todas essas instâncias de interferência, tanto maior serão suas chances de se tornar um leitor. (AGUIAR, 2014, p. 146).

As reflexões da pesquisadora são importantes e oportunas para compreender o trabalho com a leitura literária não somente a partir da função da literatura, mas principalmente a partir dos interesses da pessoa leitora. Nesse sentido, a autora relembra que se faz imperativo estimular

o gosto, a predisposição interna para leitura, de nada valendo as informações áridas sobre os fatos literários. O que é necessário é um movimento receptivo ao texto do próprio leitor, isto é, o ato de ler só funciona quando parte do interesse do leitor. Esse varia segundo diversos fatores pessoais e sociais, mas é movido sempre por algumas intenções básicas: adquirir conhecimentos genéricos sobre determinado assunto, estudar, seguir instruções e recrear-se. (AGUIAR, 2014, p. 147).

No tocante à literatura, à leitura e ao interesse da pessoa leitora, Aguiar (2014) afirma que quando

a leitura literária representa atendimento ao gosto imediato do leitor, ela desencadeia o processo de identificação do sujeito com os elementos da realidade representada, gerando prazer. Por outro lado, quando a obra de ficção rompe de modo incisivo com as expectativas do sujeito [...], dá origem necessariamente ao diálogo e ao conseqüente questionamento das propostas inovadoras ali contidas, alargando o horizonte cultural do leitor. O dividendo final é novamente o prazer da leitura, agora por outra via, a da apropriação de um mundo inesperado. (AGUIAR, 2014, p. 147-148).

O prazer de ler, em específico as narrativas literárias, pode e deve tocar no gosto individual/particular de cada pessoa. Por outro lado, no contato com o âmago do texto literário, o universo fictício amplia contextos e significações outras, porque sai do âmbito particular para o coletivo, onde a temática narrada pode vir a representar aspectos, traços e idiossincrasias de cada pessoa, como também pode informar acerca de outros temas variados a partir da esfera discursiva que a narrativa literária constrói e expressa. Nesse processo, a temática LGBTQIA+ na literatura faz-se importante, salutar e imperativa em ser desenvolvida pelas bibliotecas (mas também por outras unidades) a partir das mediações culturais e de leitura literária como forma de ampliar as significações acerca da diversidade sexual, das relações homoafetivas e das expressões de gênero, bem como acerca das nuances raciais, discriminatórias. Assim, acerca de todo esse processo, Aguiar (2014) afirma que o texto ficcional

vale-se das referências da realidade histórica, em termos de tempos, ambientes, costumes, personagens, conflitos, sentimentos, para abstrair dos fatos as motivações humanas que os geraram e que são comuns a todos os homens. Ler ficção, por conseguinte, não é entrar no mundo mágico, irreal e alienado, mas captar a realidade mais intangível, aquela sedimentada no imaginário a partir das ingerências do cotidiano da história individual e social. E isso é tanto mais possível quanto maior for a exposição do sujeito aos estímulos das diversas instâncias sociais responsáveis pelo trânsito da literatura. (AGUIAR, 2014, p. 148).

De acordo com Aguiar (2014), a sociologia da leitura caracteriza o perfil da pessoa leitora competente a partir do “domínio destes movimentos”:

- saber selecionar obras segundo seus interesses e suas necessidades;
- conhecer os locais em que os livros e os demais materiais de leitura se encontram, tais como bibliotecas, centros de documentação, salas de leitura, livrarias, distribuidoras, editoras, sessões especializadas em revistas, *sites*;
- frequentar os eventos incentivadores de leitura: lançamentos, exposições, palestras, debates, encontros com autores, conversas *online*, entre outros;
- identificar os livros e os outros materiais (como jornais, revistas, arquivos), movimentando-se com independência nas estantes e nos catálogos computadorizados, na busca de volumes que lhes interessam, bem como navegando com desenvoltura no mundo digital;
- localizar dados na obra (editora, local e data de publicação, prefácio, sumário, índices, capítulos, bibliografias, informações de conteúdo específico);
- trocar impressões e informações com outros leitores, posicionando-se com respeito aos textos lidos, fornecendo indicações de leitura e acatando os novos dados recebidos;
- integrar-se a grupos de leitores, participando ativamente de práticas de leitura oral e expressão dos conteúdos lidos em diferentes linguagens;
- conhecer e posicionar-se diante da crítica (especializada ou espontânea) dos livros ou outros materiais escolhidos para leitura;
- ser capaz de alargar o gosto pela leitura, ampliando o leque de preferências, a partir do conhecimento do movimento literário ao seu redor e da tradição. (AGUIAR, 2014, p. 148-149).

As reflexões de Vera Teixeira de Aguiar (2014, p. 149), perante o perfil caracterizado pela sociologia da leitura, convoca a pensar com responsabilidade acerca da formação leitora e da leitura literária, bem como, de certa forma, sobre a mediação cultural. Nesse sentido, para a formação de qualquer pessoa leitora concebida nessa perspectiva, ou seja, “capaz de interagir dialógica e criativamente com o texto, ao mesmo tempo em que se move à vontade com liberdade nos espaços de circulação da literatura, é necessário investir em programas comprometidos, sobretudo, com as classes menos favorecidas.”

2.2 O QUE PODE A PALAVRA NA LITERATURA?

A literatura, a cultura e a arte não são um suplemento para a alma, uma futilidade ou um monumento pomposo, mas algo de que nos apropriamos, que furtamos e que deveria estar à disposição de todos, desde a mais juventude e ao longo de todo o caminho, para que possam servir-se dela quando quiserem, a fim de discernir o que não viam antes, dar sentido a suas vidas, simbolizar as suas experiências.
(PETIT, 2009).

A literatura pode cumprir a função de deleite e fruição durante uma leitura. No entanto, a literatura é também um arcabouço de conhecimentos, uma vez que, segundo Barthes (2013, p. 18) “assume muitos saberes” acerca do mundo nas pessoas e das pessoas no mundo.

Roland Barthes orienta a percepção ao âmbito literário quando argumenta que se “por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino”, a literatura “devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário.” (2013, p. 18-19).

Mais do que abarcar “todas as ciências”, a literatura é, segundo Barthes (2013, p. 19), “a realidade, isto é, o próprio fulgor do real”. A literatura e seus saberes indiretos estão sempre em movimento, pois ela “faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso.” (p. 19).

Esse indireto é precioso e possibilita à literatura o poder de significações e sentidos. Assim sendo, a literatura, segundo Antoine Compagnon, “é ao mesmo tempo sintoma e solução do mal-estar na civilização, dota o homem moderno de uma visão que o leva para além das restrições da vida cotidiana.” (COMPAGNON, 2009, p. 35-36).

Se, de acordo com Barthes, os discursos científicos estão presentes na obra literária, esses mesmos discursos trazem saberes e valores sociais, históricos, políticos e culturais de uma sociedade. Nesse sentido, literatura e sociedade estabelecem relações porque comungam de vozes discursivas, de variados conteúdos e de fatos; porque comungam o saber da existência da humanidade e das coisas, uma vez que “a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor; que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens.” (BARTHES, 2013, p. 19).

Tanto para Roland Barthes quanto para Antoine Compagnon, a literatura tem um saber-poder de forte atuação. Assim sendo, a literatura é possibilidade do dizer, do compartilhar experiências e sensações; é um espaço dialógico de leitura viva, cuja expressão pode acontecer

em variadas unidades socioculturais e informacionais, a exemplo das bibliotecas, porque quando se fala sobre leitura, sobre informação e os aspectos culturais.

podemos associar esses conceitos com espaços onde as pessoas possam livremente exercer seus direitos de leitura, informação e expressar suas manifestações culturais. Esses espaços podem ser as bibliotecas, que são, por excelência, lugares de leitura, de informação, de manifestações culturais e de pessoas. Se considerarmos que a leitura é um direito humano, as bibliotecas, então, são espaços imprescindíveis para as pessoas, porque ao se colocarem como lugares de leitura, as bibliotecas se constituem como um direito humano fundamental (PINTO, 2017, p. 8).

Assim como as bibliotecas e a leitura, a literatura constitui um direito em sociedade (ou deveria, pelo menos), como alerta o professor Antonio Candido (2014) no ensaio *O direito à literatura*. Ao refletir sobre a literatura e sua relação com os direitos humanos, o autor argumenta acerca das “necessidades profundas do ser humano”, aliás, as “necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora.” (2014, p. 22). Nesse tocante, de acordo com Candido (2014), a literatura é, pois, um direito de fruição, que deve ser experienciada por todas as pessoas numa sociedade.

Antonio Candido pensa a literatura de forma ampla, uma vez que, segundo o autor, a literatura está constituída em “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.” (CANDIDO, 2014, p. 23). Ao pensar sob essa ótica, o autor nos confirma que “a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação.” (CANDIDO, 2014, p. 23).

Fabulação é a expressão significativa no âmbito da literatura e do direito a esta, visto que “assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado”, uma vez que

durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidade, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance (CANDIDO, 2014, p. 23).

Nesse sentido, é fortemente necessária a literatura, visto que “a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito.” (CANDIDO, 2014, p. 23). Mas, por que a literatura corresponde “a uma necessidade universal” e sua satisfação “constitui um direito”? Para essa questão, Antonio Candido conscientiza que a literatura é

fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no consciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles (CANDIDO, 2014, p. 23-24).

Diante desse posto, a literatura tem papel humanizador nos espaços socioculturais e informacionais, a exemplo das unidades escolares, das bibliotecas, dentre outras instâncias ideológicas e de saber-poder, cujas atuações estão, ou deveriam muito mais estar, no âmbito informacional e da apropriação cultural à população. Nesse sentido, Antonio Candido aponta que a literatura “confirma o homem na sua humanidade” e que ela pode ter importância enquanto “formas conscientes de inculcamento intencional” através, justamente, das instâncias educacionais e que, acerca desse aspecto, a literatura

tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (CANDIDO, 2014, p. 24).

A partir desse ponto, interliga-se a proposta deste estudo, que é a literatura LGBTQIA+ e sua leitura/mediação nos espaços socioculturais e informacionais, uma vez que os valores, ou mais pontualmente, a existência de pessoas LGBTs são consideradas prejudiciais em determinadas nações no mundo, esse dito mundo demasiadamente civilizado, no qual impera preconceitos de diversas ordens, espancamentos e mortes de pessoas LGBTs. Nesse sentido e contexto conscientes, o professor Antonio Candido lembra que a experiência que se tem com a literatura não é de modo inofensivo, mas

uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscrever. (CANDIDO, 2014, p. 24).

A literatura não é, pois, “uma experiência inofensiva”. No entanto, ela “não corrompe nem edifica [...]”; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver.” E se fazer viver ou, mais precisamente, permanecer vivo, é o que as pessoas LGBTs desejam, querem, precisam. Nesse processo, a função da literatura está em sua complexa natureza que “não corrompe nem edifica”, mas que contraditoriamente humaniza, assim esclarece a afirmar Antonio Candido (2014, p. 25):

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.

De acordo com Antonio Candido, a função da literatura tem importância na “atuação simultânea dos três aspectos.” No entanto, destaca o primeiro aspecto, o qual “corresponde à maneira pela qual a mensagem é construída” que, aliás, é o aspecto “com certeza crucial, porque é o que decide se uma comunicação é literária ou não.” (CANDIDO, 2014, p. 25). Nesse tocante, não se pretende discutir, neste estudo, o que configura uma obra ser ou não literatura, uma vez que, de acordo com professor, “em geral um movimento literário é constituído por textos de qualidade alta e textos de qualidade modesta, formando no conjunto uma massa de significados que influi em nosso conhecimento e nos nossos sentimentos.” (CANDIDO, 2014, p. 31).

Ao destacar o primeiro aspecto, o autor confirma que “toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção.” (CANDIDO, 2014, p. 25). Sendo assim, e ainda sobre esse aspecto primeiro, o autor fala acerca da produção literária a partir da palavra e seu uso todo articulado que se comunica com o espírito humano:

A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado. Este é o primeiro nível humanizador, ao contrário do que geralmente se pensa. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o eleva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo. Isto ocorre desde as formas mais simples, como a quadrinha, o provérbio, a história de bichos, que sintetizam a experiência e a reduzem a sugestão, norma, conselho ou simples espetáculo mental (CANDIDO, 2014, p. 26).

No âmbito literário, as palavras organizadas expressam, comunicam algo, “que nos toca porque obedece a certa ordem.” Mas, para além da organização e do seu impressionar, os conteúdos, aliados à forma, revelam, conforme Candido (2014, p. 28), “certa modalidade de conhecimento” e, nesse sentido,

as produções literárias, de todos os tipos e todos os níveis, satisfazem necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão do mundo”, assim como, por seu aspecto necessário e humanizador, sua fruição deve ser “um direito das pessoas de qualquer sociedade.

A humanização, a qual se refere Antonio Candido, é o aspecto que confirma nas pessoas as características que são essencialmente reputadas, ou seja, o “exercício de reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o refinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do amor.” (CANDIDO, 2014, p. 29).

E do âmbito literário aos leitores, como acontece esse processo de humanização? A literatura, para Antonio Candido (2014, p. 29), “desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” e, nesse processo, “o que na literatura age como força humanizadora é a própria literatura, ou seja, a capacidade de criar formas pertinentes.” (CANDIDO, 2014, p. 31).

Ao refletir sobre o conhecimento, “por assim dizer latente”, nas produções literárias, “que provém da organização das emoções e da visão do mundo”, o professor aponta que existem determinados níveis de conhecimento intencional na literatura, ou seja, o planejamento realizado pelas pessoas autoras e que, de modo consciente, são assimilados pelas pessoas receptoras. São esses níveis que “chamam imediatamente a atenção” e é com eles/neles que as pessoas autoras injetam “suas intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão etc.” (CANDIDO, 2014, p. 29). Acerca desse processo, ressalta-se que as mediações cultural e de leitura, seja literária ou de outro gênero/tipo textual, deve ter “conhecimento intencional”. Aliás,

conhecimento de saber-poder e que, por isso, deve ser conscientemente posta em ação e experienciada nas esferas socioculturais e informacionais.

Antonio Candido, no ensaio aqui destacado, convida a pensar/perceber a literatura de modo mais amplo e a concretizá-la como parte também fundamental dos direitos humanos, isto é, que todas as pessoas possam ter acesso a esse objeto sociocultural e ao saber-poder/informação/conhecimento que as produções literárias têm/promovem nesse experienciar humano. Sendo assim, o professor reforça:

Acabei de focalizar a relação da literatura com os direitos humanos de dois ângulos diferentes. Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (CANDIDO, 2014, p. 35).

A literatura, conforme o professor, corresponde a uma necessidade universal. Ela organiza a existência, porque dá “forma aos sentimentos e a visão de mundo”, assim como “nos liberta do caos” e, assim, “nos humaniza”. No entanto, apesar de todo esse aspecto e processo da literatura, muitas pessoas não lhe têm acesso, muitas pessoas não a vivenciam em seus espaços de moradia nem de lazer. Aliás, muitas pessoas mal têm suas necessidades básicas atendidas ou sobrevivem (e morrem) sob extrema pobreza em certas regiões do mundo, assim como tantas outras pessoas usufruem de precários serviços de saúde, de educação etc. Perante a todo esse contexto, o autor argumenta o que se faz óbvio acontecer para poder mudar esta realidade:

Em princípio, só numa sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e neste domínio a situação é particularmente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura. Por isso, num sociedade estratificada deste tipo, a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante.
[...] [É] certo que quanto mais igualitária for a sociedade, e quanto mais lazer proporcionar, maior será a difusão humanizadora das obras literárias, e, portanto, a possibilidade de contribuir para o amadurecimento de cada um. (CANDIDO, 2014, p. 36).

Ao argumentar a realidade sociocultural, Antonio Candido (2014, p. 40) reforça, a conscientizar, acerca d’*O direito à literatura*: “Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos

direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.” Assim sendo, a literatura e sua leitura são, pois, objetos de direito a serem experienciadas nos espaços socioculturais e informacionais. Nesse tocante, as mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+ fazem-se importantes acontecerem/balizarem para ainda mais humanizarem e, com isto, mais do que sobreviver, que as pessoas LGBTs vivam de modo mais tranquilo em sociedade.

3 A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NAS ESFERAS SOCIOCULTURAIS

É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Mas, precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. (FOUCAULT, 2014).

Em estado de dicionário, o vocábulo *diversidade* tem, como primeiro significado, a seguinte acepção: “1 Qualidade ou condição de diferente [...]” (AULETE, 2009, p. 282). Essa acepção expressa, pois, o âmago daquilo que corresponde à diversidade LGBTQ+: a pluralidade existencial de pessoas, cujas orientações sexuais e identidades/expressões de gênero são diferentes, porque expressam-se para além da heterossexualidade, para além do padrão heteronormativo⁷. As expressões LGBTQ+ ultrapassam as fronteiras sociodiscursivas do binarismo ser homem ou ser mulher, ser masculino ou ser feminino, os quais são construídos e estabelecidos culturalmente em sociedade. Aliás, na história da evolução e desenvolvimento humano, o que não foi construído e estabelecido nas esferas socioculturais no mundo? Fica-se, então, com esse questionamento para se refletir a existência e manutenção de determinados conceitos demasiadamente humanos.

Pessoas LGBTQIA+ existem. Estão a viver em diversos espaços do planeta terra. Aliás, muitas pessoas LGBTs estão tentando sobreviver em determinadas nações, cuja “democracia” está pautada em “políticas” discriminatórias. Essas nações muitas vezes prendem ou condenam a morte pessoas LGBTs simplesmente por serem pessoas LGBTs. Por que fazem isto? Essas ações têm a ver com a cultura desses lugares? As respostas para tais questões são, respectivamente: porque não aceitam a diversidade das sexualidades, das relações homoafetivas e das expressões de gênero, assim como não dizem respeito a cultura, mas tem a ver com ações brutais a vida humana, a vida humana de pessoas LGBTQ+.

⁷ Termo relativo à heteronormatividade, cuja expressão é utilizada na descrição ou na identificação de “uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente aos relacionados à formação de família e expressão pública.” (ABGLT, [2010?], p. 12-13).

Para compreender as significações acerca da diversidade LGBTQ+ é preciso refletir sobre a história da sexualidade ou, mais especificamente, das sexualidades, visto que para além da heterossexualidade, têm-se a bissexualidade, a homossexualidade e a transexualidade. Essas condições expressam, em cada indivíduo, singulares vivências e experiências sexuais e afetivas. Nesse sentido, as pessoas LGBTQ+ ou pessoas heterossexuais podem, ou não, sentir atração física, emocional e espiritual por pessoas do sexo e do gênero que correspondam, intimamente, aos seus desejos e prazeres nas relações que estabelecem com seus parceiros e/ou suas parceiras nas esferas sociais.

Não se permitir compreender, ou mesmo não aceitar a pluralidade das sexualidades e das identidades/expressões de gêneros, é fechar-se às idiosincrasias de cada pessoa existente na esfera terrestre. A não compreensão ou aceitação da pluralidade humana gera, como se sabe, ações preconceituosas: racismo, LGBTfobia e discriminações outras que provocam violências e mortes praticamente todos os dias. A esse contexto estão relacionados determinados crimes e assassinatos contra pessoas LGBTQ+. Ademais, essas violências geram outros fatores de exclusão e de mortes: os suicídios de pessoas LGBTQ+.

O presente estudo não visa aprofundar a história da sexualidade, mas aponta, de acordo com o filósofo Paul-Michel Foucault (2014), que a sexualidade é construída social, cultural, histórica e discursivamente por dispositivos de saber-poder. Esses dispositivos agem por diversos meios e aparatos discursivos, como a ciência, a mídia, determinadas organizações religiosas, por exemplo, dentre outras instâncias.

No livro *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, Foucault discute questões referentes à sexualidade, ao sexo, aos prazeres e aos desejos da sociedade ocidental. Essa *vontade de saber* dar-se pela proliferação de discursos acerca do sexo e da sexualidade e, nesse tocante, o autor argumenta que havia, em finais do século XVI, discursos imbuídos de repressões acerca do sexo. Por outro lado, no entanto, ocorria muito mais a *incitação*, a urgência de se falar sobre ele. Isso acontecia como modo de controle e condução dos corpos, a partir de dispositivos de saber e de poder:

a “colocação do sexo em discurso”, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedecem a um princípio de seleção rigorosa, mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em construir uma ciência da sexualidade (FOUCAULT, 2014, p. 18).

Foucault (2014) nomeia de *Scientia sexualis* o paradigma no qual a ciência ocidental estabeleceu acerca da sexualidade humana no que concerne às práticas de “normas médicas”. É nesse contexto, que as questões referentes à sexualidade são estabelecidas como guia construtivo de ser e de viver nas esferas sociais. Assim, discursos imbuídos de saber/poder sobre o sexo e a sexualidade promoviam “medo” e construíam um imaginário de “males” e de perigos ao âmbito que imperava/atuava:

Era (...) uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas. A pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às menores oscilações da sexualidade uma distância imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações; afirmou perigosos à sociedade inteira os hábitos furtivos dos tímidos e as pequenas e mais solitárias manias; no final dos prazeres insólitos colocou nada menos do que a morte: a dos indivíduos, a das gerações, a da espécie (FOUCAULT, 2014, p. 60).

As pesquisas desenvolvidas por Foucault acerca do poder, a partir de “dispositivos”, confirmam a atuação de sistemas que controlam corpos-sociedades não somente por proibições, mas pela liberdade mesma de dizeres, do falar, dos discursos sobre os prazeres sexuais e da sexualidade humana como um todo.

Pensar a sexualidade somente pelo prisma da natureza, ou seja, como algo dado à humanidade sem condição de transformação, é cercear as possibilidades de ser e de performatizar as existentes sexualidades e identidades/expressões de gênero nas/das pessoas; é, pois, reprimir e tolher o modo de ser ou de estar dos seres humanos na fluidez de gênero, nas orientações sexuais, nas relações afetivas e de outros convívios em sociedade.

Por outro lado, conforme Foucault (2014, p. 115), é preciso pensar a sexualidade como uma construção sociocultural que se situa num tempo histórico concreto e que estabelece, pelas relações de saber-poder, dispositivos a promoverem, discursivamente, verdades sobre o sexo, o desejo e o prazer de ser e de estar no mundo nas/pelas relações de um corpo com outro corpo:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Foucault informa que a sexualidade é construída. E esse processo construtivo é social e historicamente produzido por “dispositivos” que, a partir de um saber e de um poder, coordenam todo um pensar acerca daquilo que se tornou normativo: a heterossexualidade. Essa é vista como sendo normal e natural, enquanto que a homossexualidade é pensada/vista como um fator desviante, anormal. A construção da sexualidade, de acordo com o autor, estruturou-se por uma *Scientia Sexualis*, cujos discursos carregados de saber/poder atuam sobre o corpo e tudo aquilo que dele emana e lhe é, naturalmente, inerente: os desejos, os prazeres, o sexo e as identidades sexuais e de gênero.

Nesse tocante, deu-se, no século XVIII, à proliferação de discursos acerca do sexo, dos desejos e dos prazeres a partir de uma *vontade de saber*. Saber para se conduzir e estabelecer o poder de controle, pode-se assim pensar, de corpos-sujeitos e tudo o que deles se expressam. Nesse processo, o autor informa:

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva (FOUCAULT, 2014, p. 36-37).

Para o filósofo, a sexualidade “é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*.” Acerca desse aspecto, Foucault esclarece, argumentando:

As características fundamentais a essa sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou um desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade. No ponto de intersecção entre uma realidade de confissão e uma discursividade científica, lá onde foi preciso encontrar entre elas alguns grandes mecanismos de ajustamento (técnica de escuta, postulado de causalidade, princípio de latência, regra da interpretação, imperativo de medicalização), a sexualidade foi definida como sendo “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar. (FOUCAULT, 2014, p. 77).

Em concordância com Foucault, a professora Guacira Lopes Louro (1999) reflete acerca da permanente atuação de “pedagogias da sexualidade” em corpos, os quais são educados para, também, reproduzir e manter determinados padrões heteronormativos.

As pesquisas da professora voltam-se para questões sobre sexualidade, gênero e corpo. Esses temas, quase sempre, a autora os direciona ao âmbito da educação. Nesse contexto, Louro (1997, p. 25) traz importantes considerações acerca das identidades de gênero e sexuais, pontuando a importância de “tentar estabelecer algumas distinções entre gênero e sexualidade, ou entre identidades de gênero e identidades sexuais.” Por outro lado, ao tentar estabelecer certas diferenças entre as identidades citadas, afirma poder correr o “risco de cair numa esquematização, já que na prática social tais dimensões são, usualmente, articuladas e confundidas.” (1997, p. 25).

Embora sejam “articuladas e confundidas”, as identidades sexuais e de gênero são “sempre construídas, elas não são dadas ou inacabadas num determinado momento.” (LOURO, 1997, p. 27). São experiências vividas por homens e mulheres e, nesse tocante, suas “*identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*.” (1997, p. 26).

No que diz respeito à atuante produção de discursos heteronormativos a estabelecerem uma verdade sobre o corpo e as percepções de gênero e sexual, Louro (1999, p. 11) argumenta, reiterando:

podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição do gênero – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Em diálogo com Foucault (2014) e Louro (1997;1999), a pesquisadora Raewyn Connell (2016) apresenta a perspectiva de que o gênero constitui “uma estrutura”, “uma dimensão

central” e “social” na vida humana. Nesse tocante, a autora define determinadas questões de gênero, assim como argumenta a pensar “nossas práticas sociais” acerca dessa temática:

Compreendo o gênero primeiramente como uma estrutura, uma dimensão central de nossa vida social. O gênero pode, claro, ser definido de muitas formas: como um papel, uma identidade, uma formação discursiva, uma classificação dos corpos, e outras mais. Mas o que faz com que qualquer uma delas tenha importância para o mundo é o que podemos fazer coletivamente com essas identidades e classificações. O que conta são nossas práticas sociais – em instituições como escolas, fábricas ou prisões, em relacionamentos íntimos de nossa vida pessoal, na mídia de massas, na internet em igrejas e mesquitas. (CONNELL, 2016, p. 17).

Em suas pesquisas, enfatiza as práticas sociais, assim como relembra que essas práticas “não acontecem sem corpos”, visto que o “gênero é corporificado”. Sobre esse aspecto, Connell (2016, p. 17) reitera sua argumentação:

Práticas sociais não acontecem sem corpos. Práticas sociais envolvem mãos que fazem, olhos que observam, peles que sentem, cérebros que raciocinam e sofrem. O gênero é corporificado, e uma parte central dessa corporificação consiste em encontros sexuais, partos e criação de crianças. Mas corpos humanos não existem fora da sociedade. Talvez nunca tenham existido, já que toda a história evolutiva dos hominídeos parece envolver grupos sociais. É certamente verdadeiro hoje em dia que nossos corpos são produzidos, crescem, desenvolvem-se ou são danificados, e eventualmente morrem, em ambientes sociais fortemente estruturados.

O gênero, pode-se dizer, é especificamente uma questão de corporificação social. Tecnicamente, o gênero pode ser definido como a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história.

O gênero como categoria construída social, cultural e historicamente, é o pensamento desenvolvido pela historiadora norte-americana Joan Scott (1995). Essa pesquisadora repensa e reforça o conceito de gênero como não fixo, mas sim em processo de significações a serem analisadas a partir das esferas e dos usos discursivos nas relações sociais.

O gênero como uma categoria possível de análise que, mas não somente, leve em consideração os fatores socioculturais e subjetivos das construções identitárias de cada pessoa, além dos processos inerentes ao âmbito físico-sexual de homens e de mulheres nas relações e performances masculinas e femininas. Ademais, possibilita outras perspectivas e aberturas de reflexões e de análises úteis na configuração de outras significações generificadas.

Scott (1995) discute a desconstrução da noção de gênero como “representação binária” acerca do masculino e do feminino. Nesse processo, segundo a historiadora, a desconstrução de

gênero implica, não como permanente e imutável, a visão dicotômica no que se refere aos homens e às mulheres em âmbito social e historicamente situados. É preciso, de acordo com a pesquisadora, perceber o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, porque ele, o gênero, “é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Ademais, as análises da autora apontam não somente significativos questionamentos, mas, sobretudo, novas perspectivas de se analisar as relações generificadas entre homens e mulheres em sociedade. Assim, conforme Scott (1995, p. 88), o gênero é uma forma primeira

de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

As considerações de Paul-Michel Foucault, de Guacira Lopes Louro, de Raewyn Connell e de Joan Scott, acerca da temática discutida, podem remeter ao questionamento feito logo no início da seção deste estudo: na história da evolução e desenvolvimento humano, o que não foi construído e estabelecido nas esferas socioculturais no mundo? Parece haver, então, algumas outras perspectivas/percepções a promoverem respostas a esse questionamento.

3.1 POR QUE LER E MEDIAR A LITERATURA LGBTQIA+?

[...] o texto literário como máxima expressão das nossas humanidades [...] (LIMA, 2014).

A mediação da leitura é o diálogo que permite a convergência de saberes. É o encontro entre o que é dado a ler e a humanidade de quem lê. Na mediação da leitura acontece o encontro transformador entre a realidade e a fantasia por meio das linguagens (CAVALCANTE; QUEIROZ; SOUSA, 2020).

A literatura parece estar sempre pronta a significar algo, a revelar o que antes não se percebia ou não se sentia. A literatura parece estar sempre na iminência do aqui/agora a todas as pessoas que a vivenciam no contato com a palavra literária pela leitura. Isto acontece, talvez,

porque o prisma literário de interações está no diálogo com um outro que existe na narrativa, que se situa no âmago diegético de um texto.

O texto literário expressa memórias, porque revela quadros de sentimentos e de sensações. O seu maravilhamento parece estar nesse processo de surpresa e/ou de reconhecimento que engendra quem lê para dentro e para fora do que, algumas vezes, se gosta (ou não se gosta) de sentir e de olhar mais de perto: o que há em cada pessoa leitora. Nesse processo, por que ler a literatura LGBTQIA+?⁸

O texto literário apresenta aspetos que lhes configuram estruturas artísticas. E são essas estruturas que operam saberes e conhecimentos que podem deleitar, podem sublimar e podem evocar o que provoca a mexer aquilo que incomoda, aquilo que perturba a algumas pessoas leitoras – esses seres sociais no mundo. E o mundo das palavras é espaço de ações porque, sim, toda palavra traz em si arcabouços e potências discursivas e toda arte tem existência e movimento no fazer e no reconhecer das pessoas-leitoras-transeuntes em sociedade. Nesse processo, a literatura pode, sim, mexer naquilo que se tem de melhor ou de pior nas pessoas. Ela revela a movimentar, isto é possível, profundezas no mundo interno, visto que a literatura existe, também, para “nos tirar do lugar.” (MAYER, p. 4). Perante isto, por que ler a literatura LGBTQIA+?

A esse questionamento, reafirma-se que literatura humaniza, conforme esclarece Candido (2014). E esse humanizar dar-se porque a literatura tece a descrever (e tocar) em questões demasiadamente humanas. A literatura sensibiliza a mexer, possivelmente, em significações do ser e do existir de toda e qualquer pessoa no mundo. Nesse sentido, ler a literatura LGBTQIA+ é, pois, entrar em contato com o que comumente chamam de “ser diferente”. No entanto, esse “ser diferente” revela aquilo que constitui, desde sempre e de modo natural em homens e em mulheres (aliás, enquanto pessoas no mundo) o existir e vivenciar simplesmente um jeito de estar, de ser e de corporificar o que desejam em/na vida.

Nesse tocante, ler e mediar a literatura LGBTQIA+ é promover às pessoas leitoras o contato com narrativas e seus dizeres acerca do desejo, da complexidade do desejo, do ser e do existir (e também do morrer) de pessoas LGBTQIA+. Ademais, a literatura LGBTQIA+ possibilita perceber (quicá sentir) a discriminação mais de perto; possibilita entrar em contato

⁸ Este trabalho não visa aprofundar conceitos e análises específicos acerca da literatura LGBTQIA+, mas pretende, sim, apontar e discutir que há representatividade nas narrativas literárias cujos temas expressam e refletem questões LGBTs. Ademais, outro aspecto importante a ser dito, é que há certa gama de narrativas LGBTQIA+ que foram escritas por pessoas LGBTs, o que dá a essa literatura ainda mais aprofundamento e coerência aos temas narrados sobre determinados aspectos existências inerentes às vivências e às experiências de pessoas LGBTs.

com perspectivas (quicá compreender) acerca de outras formas de relações afetivas-sexuais; de outras nuances de sentir prazer, de vivenciar o sexo, uma vez que expressa percepções sobre as sexualidades, as relações homoafetivas e as identidades/expressões de gênero de pessoas LGBTs, as quais existem em toda esfera social no mundo. Nesse processo vivencial, relacional e de experiências, a leitura e mediação da literatura LGBTQIA+ fazem-se representatividade porque promovem perspectivas dialógicas acerca da diversidade LGBTQIA+ aos espaços onde são colocadas em práticas ou realizadas.

Diante dessa perspectiva consciente, a literatura de temática LGBTQIA+ pode ser instrumento de contribuição para a conscientização acerca da diversidade sexual, das relações homoafetivas e das expressões de gênero, assim como acerca das nuances do racismo social⁹ e das ações discriminatórias decorrentes desse processo estruturante, o qual é social, cultural e politicamente organizado. As mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+, por sua vez, podem (assim se espera) promover possíveis transformações sociais (de pensamento e de atitudes, por exemplo) às pessoas interagentes que desse processo participam.

Toda literatura, cuja temática seja LGBTQIA+, pode ser lida e mediada? A resposta deveria ser sim. Mas a resposta será: depende. Dependerá das reflexões que a pessoa mediadora fará dos temas que cada texto traz enquanto visão e discursos do contexto temporal em que fora escrito¹⁰; dependerá, também, de projetos e propostas a serem desenvolvidos para expressarem o valor estético-cultural e político-social de cada narrativa literária LGBTQIA+. E mais: ter consciência de que as bibliotecas, assim como outras unidades socioculturais e informacionais, são dispositivos de saber-poder nas esferas sociais. Nesse sentido, o pensamento de Ishimoto, Garcia e Sousa (2018) descreve a censura estruturante de uso e abuso de saber-poder que, sim, acontece em determinados espaços sociais e culturais: “ao não contar com um acervo LGBT, as bibliotecas censuram os seus sujeitos-leitores a terem contato com obras desse universo.”

A leitura literária LGBTQIA+ (ou de outras literaturas) possibilita não somente perceber a temática que descreve, mas também possibilita entender, compreender, sensibilizar e, quando conscientemente direcionada por mediadores de leitura e de informação, promover reflexões e

⁹ A homofobia/transfobia (ou LGBTfobia) é crime desde 2019, ano esse em que o STF (Supremo Tribunal Federal) a caracterizou enquanto conceito de racismo social: “em 13 de junho de 2019 o STF criminalizou a homofobia e a transfobia, que passaram a ser enquadrada no crime de racismo. Muita gente se perguntou: “Homossexualidade não é raça, por que enquadrar a homofobia como forma de racismo?”. O STF entendeu que atitudes hostis em relação a certas categorias de indivíduos caracteriza o conceito de racismo social, enquanto inferiorização desumanizante de um grupo social relativamente a outro, em um sistema de relações de poder entre distintos grupos sociais [...]” (COSME, 2021, p. 123).

¹⁰ O romance *Bom Crioulo*, do escritor Adolfo Caminha, por exemplo, precisa ser compreendido a partir do contexto em que fora escrito (século XIX). Nesse período imperava fortemente o discurso patológico acerca da homossexualidade e o discurso racista, cujo registro desses fatores obra tematiza.

talvez práticas muito mais conscientes às pessoas leitoras envolvidas, aliás, às pessoas que entram em contato com específicas questões acerca das variadas relações afetivas, afetivas-sexuais e político-sociais, dentre outras perspectivas e temáticas. Assim, a leitura e mediação da literatura LGBTQIA+ descrita neste estudo podem contribuir na conscientização sobre a diversidade das sexualidades, das relações homoafetivas e das expressões de gênero nos espaços socioculturais e informacionais que são as bibliotecas, bem como em outras unidades e instituições.

A mediação literária se insere no campo da informação, assim como no campo do afeto, visto os percursos pelos quais acontecem são carregados de experiências e diálogos das/pelas narrativas literárias e das vidas reais de cada pessoa leitora e de cada pessoa mediadora. Nesse percurso de diálogos e afetos, todas as pessoas envolvidas são humanizadas na humanidade de cada pessoa com a qual se troca significações das sensações, das emoções, aliás, das vivências.

Nessa perspectiva interagente, a mediação de leitura da literatura LGBTQIA+ faz-se importante acontecer/balizar nas unidades socioculturais e informacionais para ainda mais promover a consciência humanizante em sociedade no que tange às questões sobre a diversidade sexual, as relações homoafetivas, as identidades/expressões de gênero, assim como práticas não LGBTfóbicas ou discriminatórias com as pessoas LGBTs.

A pessoa bibliotecária é mediadora cultural, é aquela pessoa que pode trabalhar em unidades socioculturais e informacionais. Sua função é, dentre outras, gerenciar a organização de acervos documentais e promover acesso ao conhecimento e à informação de conteúdos culturais, científicos etc. para os usuários, cuja diversidade é também abrangente. O trabalho da pessoa bibliotecária é pensar, então, a aquisição de livros cujos temas sejam sobre a diversidade/população LGBTQIA+, assim como outros temas categorizados como minorias. Nesse tocante e propósito, a pessoa profissional da informação

não pode ficar alheio aos fatos que ocorrem no mundo e às notícias do dia a dia. É esta constante atualização do conhecimento que faz dele uma base segura de leitura e também de apoio ao leitor, pois enquanto agente disseminador da cultura informacional, deve ensinar a todos que uma das principais razões de ser da leitura não é apenas o aprendizado e assimilação das ideias dos outros, e sim a produção de novos ideais. (STOCKER, 2011, p. 33).

Dentre as funções básicas, realizadas pelas pessoas bibliotecárias, estão o planejamento de atividades e o estabelecimento de políticas e estratégias relativas à informação. Nesse

tocante, para o bom desempenho dessas atividades, fazem-se necessário exercer conscientemente ações políticas e pedagógicas em seu âmbito profissional.

Assim, mediar a informação é tarefa essencial das pessoas bibliotecárias. E a informação é um bem social, um direito de todas as pessoas. No entanto, perante as diferenças socioeconômicas existentes nos espaços sociais, a informação nem sempre é, em sua real totalidade, um bem público acessível a todas as pessoas. Nesse contexto e processo excludente, é de fundamental importância a atuação da pessoa bibliotecária enquanto mediadora na democratização da informação e do conhecimento.

Sendo assim, as pessoas bibliotecárias enquanto profissionais e/ou agentes da informação “têm responsabilidade de mediar parte do conhecimento que chega à sociedade, pois têm o papel de agentes sociais, divulgadores culturais, incentivadores e mediadores da leitura.” (STOCKER, 2011, p. 33). E no que concerne à leitura e mediação da literatura LGBTQIA+, essas fazem-se possíveis de serem balizadas nas ações bibliotecárias.

O romancista, contista e ensaísta, João Silvério Trevisan, desenvolve, nas suas produções intelectuais e artísticas estudos sobre os aspectos socioculturais, históricos e políticos sobre a existência, luta e resistência das pessoas LGBTs. Em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2018), Trevisan produziu uma vasta pesquisa acerca da população LGBTQIA+. Neste TCC, dar-se ênfase às reflexões que o autor faz acerca da literatura LGBTQIA+ brasileira, incluindo a sua: “acredito que minha literatura e a de Caio Fernando Abreu exerceram o papel de lançar num terreno pouco fértil sementes que só começariam a germinar décadas depois.” (2018, p. 548).

4 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentam-se as concepções metodológicas que corroboraram à compreensão e à organização desta pesquisa, a qual se configura como teórica, bibliográfica e de caráter exploratório.

Quanto aos fins de investigação, a presente pesquisa apresenta-se como sendo exploratória, uma vez que, e ainda segundo Vergara (1998, p. 45), essa perspectiva de análise é “realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.” Nesse tocante e conforme Gil (2019, p. 26), a pesquisa exploratória tem “como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito.”

Ademais, esta pesquisa, quanto aos meios de investigação, apresenta-se como sendo teórica e bibliográfica, visto que consiste no levantamento bibliográfico de material publicado sobre os conteúdos do estudo em questão. Nesse sentido, de acordo com Vergara (1998, p. 46), a pesquisa bibliográfica pode ser definida como o “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, com este estudo, promover algumas reflexões que contribuam com as ações/práticas das mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+, bem como de outros temas, uma vez que, além da mediação literária, a pessoa bibliotecária ou outra pessoa mediadora realizam, no âmbito de suas ações, a mediação da informação e do conhecimento.

As ações de mediações culturais realizadas ao bem de uma população são importantes ferramentas de conscientização social. Nesse sentido, a mediação, seja ela literária ou de outros discursos, caracterizam-se como dispositivos socioculturais às unidades que lhes promovem. Sendo assim, a biblioteca é um dispositivo organizacional de saber e de poder e, como tal, tudo o que há em seu espaço está permeado por informação e conhecimento, os quais devem estar a serviço da população.

As mediações cultural e da leitura literária se inserem no campo da informação, bem como no campo do afeto, visto os percursos pelos quais se interagem são carregados de experiências e diálogos das/pelas narrativas literárias e das vidas reais de cada pessoa leitora e de cada pessoa mediadora. Nesse percurso de diálogos e afetos, todas as pessoas envolvidas são humanizadas, justamente, na humanidade de cada pessoa com a qual se troca significações de vivências, sensações e emoções.

Nesse tocante, as mediações cultura e de leitura da literatura LGBTQIA+ fazem-se importante acontecerem/balizarem nas unidades socioculturais e informacionais para ainda mais promover a consciência humanizante em sociedade no que tange às questões sobre a diversidade sexual e das expressões de gênero.

A literatura LGBTQIA+ pode ser instrumento de contribuição para a conscientização sobre a diversidade das pessoas LGBTs. As mediações cultural e de leitura dessa literatura, então, podem promover algumas transformações sociais (de pensamento e atitudes, por exemplo) aos interagentes que desse processo participam.

Ademais, pouco se fala do desenvolvimento de projetos com a temática da sexualidade e das identidades/expressões de gênero, especificamente com a literatura LGBTQIA+ em bibliotecas, as quais são, por primazia, dispositivos socioculturais e informacionais. Além disso, também não se desenvolvem atividades de mediações culturais e de leitura literária pela perspectiva dialógica, mesmo sendo tais mediações, em sua natureza, momentos/atos de trocas e diálogos de informações, conhecimentos e de experiências múltiplas que pedem reciprocidades por parte de quem as realizam.

Assim, as bibliotecas podem e devem fazer uso e abuso das mediações cultural e de leitura da literatura LGBTQIA+ para abarcar variadas ações que possibilitem momentos/espços de leituras, de laser, de encontros, de vivências, dentre outras possibilidades relacionais.

As mediações cultural e de leitura literária LGBTQIA+ são acontecimentos e experiências a serem vivenciadas socioculturalmente no âmbito das unidades culturais, educacionais e de informação, uma vez que tais ações têm valor simbólico representativo enquanto serviço desenvolvido por pessoas bibliotecárias, bem como por outras pessoas mediadoras de leitura.

A literatura LGBTQIA+ pode ser instrumento para a conscientização sobre a diversidade das orientações sexuais, ou seja, para a naturalização das relações afetivas, como também instrumento para a conscientização acerca da diversidade das identidades/expressões de gênero em sociedade. Com a literatura LGBTQIA+ faz-se possível promover ações conscientes perante o racismo do qual partem discriminações e outras violências extremamente perigosas e danosas a vida de pessoas LGBTQIA+. Com tais ações, a leitura mediada da literatura LGBTQIA+ pode promover importantes percepções e reflexões às pessoas que participam desse processo dialógico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. T. Leitura literária: da teoria à prática social. *In*: LIMA, Aldo de. **O direito à literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014, p. 141-158.

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, [2010?]. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BARTHES, R. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

BETIM, F. ‘Cura gay’: o que de fato disse o juiz que causou uma onda de indignação. **EL PAÍS**, São Paulo, 20 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/19/politica/1505853454_712122.html?rel=listapoyo. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Governo nacional. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Tipos de bibliotecas**. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/tiposdebibliotecas/>. Acesso em 22 fev. 2022.

BAJOUR, C. **Ouvir nas entrelinhas**: o valor da escuta nas práticas de leitura. São Paulo: Pulo do gato, 2012.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In*: LIMA, Aldo de. **O direito à literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014, p. 17-40.

COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSME, M. **Talvez você seja**: desconstruindo a LGBTfobia que você nem sabe que tem. São Paulo: Planeta, 2021.

CAVALCANTE, L. E.; QUEIROZ, D.; SOUSA, L. F. de. **Mediações de Leitura: o ato de ler que nos conecta**. Fortaleza: Edições Pausa, 2020.

CORTES, G. R.; SILVA, L. F.; SILVA, L. K. R.; SOARES, G. S. Violência contra travestis e transexuais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151733>. Acesso em: 17 fev. 2022.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do gato, 2011.

COSSON, R. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2020.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

DIVERSIDADE. *In*: AULETE, C. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

FGV DIREITO SP. **A violência LGBTQIA+ no Brasil**. São Paulo: Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29886>. Acesso em: 28 mar. 2022.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. 2ª ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Paz & Terra: Rio de Janeiro/São Paulo, 2014.

GUIA DO ESTUDANTE. **Contra as fake news: conheça 5 agências de checagem de notícias**. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/fact-checking-conheca-5-agencias-de-checagem-de-noticias/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ITAÚ SOCIAL. **Guia de mediação para leitura**. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Guia-de-mediacao-para-leitura.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

ISHIMOTO, A. T.; GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. E. Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 351-366, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2217>. Acesso em: 17 fev. 2022.

JIMÉNEZ, C. STF proíbe censura de livros no Rio e dá recado contra discriminação. **EL PAÍS**, São Paulo, 09 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/politica/1567961873_908783.html. Acesso em: 11 jun. 2021.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MAYER, B. S. Literatura para nos tirar do lugar [Entrevista com Esdras Soares]. In: **Na ponta do lápis**, ano XVI, n. 35, p. 4-11, jul. 2020. Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/9800/nlp-35.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MARTÍN, M. Crivella veta no Rio a exposição Queermuseu, censurada em Porto Alegre. **EL PAÍS**, Rio de Janeiro, 04 out. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/cultura/1507068353_975386.html?rel=mas. Acesso em: 11 jun. 2021.

MARTINS, M. H. **O que é leitura?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, A. A. L. **Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação,

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-88MHR9>. Acesso em: fev. 2022.

MARTINS, E. C. da S. **As bibliotecas e os sentidos da mediação cultural**. Curitiba: Appris, 2021.

MOIRA, A.; NASCIMENTO, T. Apresentação: Literatura LGBT+. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 61, p. 1–3, 2020. DOI: 10.1590/2316-4018610. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/35293>. Acesso em: 11 mar. 2022.

MEDIAÇÃO. In: AULETE, C. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

MEDIAÇÃO da leitura literária em bibliotecas. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

PAJEÚ, H. M.; ALMEIDA, A. H. F. **Quando as questões de gênero invadem a biblioteca escolar**: proposta de calendário comemorativo da diversidade. , v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/164873>. Acesso em: 13 jan. 2023.

PINTO, L. P. **Formação e Desenvolvimento de Coleções**. Curso Técnico em Biblioteconomia: Educação a distância. Recife: Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco, 2017 (pdf).

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103379>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir a adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n2p01. Acesso em: 08 out. 2022.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

RIBEIRO, C. Sentidos minerados: o discurso do kit gay e a circulação algorítmica no controle do gênero. **Leitura**, [S. l.], n. 71, p. 18–31, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/12420>. Acesso em: 4 mar. 2022.

REYES, Y. Mediadores de leitura. In: **O Glossário CEALE - termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores**, 2014. Não paginado. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/>. Acesso em: 26 fev. 2022.

ISHIMOTO, A. T.; GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. E. Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 351-366, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2217>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 fev. 2023.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1998.